



UNIVERSIDADE POLITÉCNICA
A POLITÉCNICA

INSTITUTO SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS E NEGÓCIOS – ISAEN

PROGRAMA DE MESTRADO EM GESTÃO DE EMPRESAS

**ANÁLISE DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE
FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL: O CASO DA MATOLA
GÁS COMPANY S.A. NO PERÍODO 2020-2023**

Osmane Ismael Bapú

Maputo

2024

OSMANE ISMAEL BAPÚ

**ANÁLISE DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE
FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL: O CASO DA MATOLA
GÁS COMPANY S.A. NO PERÍODO 2020-2023**

Dissertação apresentada no Programa de Mestrado em Gestão De Empresas da Universidade Politécnica como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Doutor Lúcio Daniel Mavundla

Maputo

2024

Declaração de Honra

Eu, **Osmane Ismael Bapú**, declaro que este trabalho de fim de curso foi exclusivamente realizado por mim. O mesmo é agora submetido de acordo com todos os requisitos e exigências para a obtenção de grau de Mestre em Gestão de Empresas pela Universidade Politécnica de Moçambique.

Osmane Ismael Bapú

Dedicatória

Dedico esta dissertação em memória da minha mãe Nair Borges de Carvalho, minha esposa Eka Liliana Bapú e aos meus filhos Ismael Bapú, Aisha Bapú, Samira Bapú, Ashley Bapú e Osmane Bapú Jr.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradecer a Allah pelo dom da vida e permitir a minha chegada a esta fase, mesmo com todas as dificuldades sempre encontradas.

Ao meu pai, Ismael Ibrahim Bapú, por todo ensinamento, guia, encorajamento para que chegasse a este momento e pelo apoio prestado.

Agradeço a minha mulher, companheira e amiga, Eka Liliana Bapú por sempre ter a mão estendida e por encorajar, por ajudar e sempre incentivar na busca de melhores resultados, mostrando que nenhum obstáculo é grande o suficiente para quem tem objectivos a alcançar.

Aos meus filhos, eles são os meus amores. Eles são os meus sorrisos mais alegres, minha esperança e meus sonhos do futuro.

Aos meus irmãos pelo suporte e exemplo ao longo de toda a vida e acompanhamento ao longo de cada passo dado. Ao Bruno Morgado, por ter incentivado a dar continuidade aos estudos e todo apoio incalculável.

Ao Supervisor, Prof. Doutor Lúcio Daniel Mavundla por ter aceitado dar a orientação necessária para a elaboração desta dissertação científica.

A Matola Gas Company, SA, pelo todo apoio prestado.

A todos os docentes e colegas que ao longo deste percurso, participaram da caminhada e contribuíram para que chegasse a este momento.

Muito Obrigado!

LISTA DE ABREVIATURAS

IRPC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
IRPS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IRRM	Imposto sobre a Renda do Recurso Mineiro
IS	Imposto de Selo
ISD	Imposto sobre Sucessões e Doações
ISPC	Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes
ISS	Imposto Sobre a Superfície
MGC	Matola Gas Company, SA
MGJ	Milhões de Gigajouls
PIB	Produto Interno Bruto
ENH	Empresa Nacional de Hidrocarbonetos
GNC	Gás Natural Comprimido
GNL	Gás Natural Liquefeito
ROMPC	Companhia de Oleodutos da República de Moçambique
SPT	Sasol Petroleum Temane
PCD	Portos de Cabo Delgado
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
IPP	Imposto sobre a Produção Petrolífera
CFM	Portos e Caminhos de Ferro-de-Moçambique
CCPP	Contratos de Concessão de Pesquisa e Produção
CDGM	Companhia de Desenvolvimento de Gás de Moçambique

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição de recursos minerais

Tabela 2: Concessões em vigor na área de hidrocarbonetos

Tabela 3: Descrição genérica da cadeia de valor

Tabela 4: Taxas de Imposto sobre a Produção de Petróleo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição de recursos minerais

Figura 2: Concessões em vigor na área de hidrocarbonetos

Figura 3: Cadeia de Valor de Gás Não Consolidada

Gráfico 4: Cadeia de Valor de Gás Consolidada

Resumo

Este trabalho faz uma Análise dos Contratos de Concessão de Fornecimento de Gás Natural concretamente da empresa Matola Gás Company S.A no Período 2020-2023. O mesmo visa analisar que benefícios são trazidos por estes contratos para o nosso país. Para tal, foi usada uma pesquisa qualitativa quanto a abordagem e descritiva e explicativa quanto aos objectivos. Igualmente é um estudo de caso quanto aos procedimentos técnicos. Da análise feita foi possível concluir que o governo em Moçambique, tem a sua frente um grande desafio, qual seja, o definir suas posições face à esta importante entrada da indústria do Gás natural e GNL, definindo estratégia num contexto local actual, tendo em consideração a adaptação das economias nacionais às estratégias de globalização. A existência de um bom ambiente de negócios de competitividade da economia em Moçambique, exige uma visão clara de como se pode aproveitar recurso, largamente inexplorados, para transformação e diversificação económicas e sociológicas do País. Portanto, é plausível que Moçambique continue a atrair investidores para desenvolver grandes projectos relacionados com recursos naturais, dada a sua riqueza natural e a falta de capital e capacidade próprias para desenvolvê-los por sua conta. No que respeita a indústria de Gás natural e GNL vigente, Moçambique deverá zelar para que sejam realizados ao abrigo de um enquadramento fiscal unificado e adequado.

Palavras-chave: Concessão e Fornecimento de Gás, contratos GNL e MGC S.A

Abstract

This work analyses the Natural Gas Supply Concession Contracts of Matola Gás Company S.A for the period 2020-2023. It aims to analyse what benefits these contracts bring to our country. To this end, we used a qualitative research approach and descriptive and explanatory objectives. It is also a case study in terms of technical procedures. From the analysis it was possible to conclude that the government in Mozambique has a major challenge ahead of it, which is to define its positions in the face of this important entry of the natural gas and LNG industry, defining strategy in a current local context, considering the adaptation of national economies to globalization strategies. The existence of a good business environment for the competitiveness of Mozambique's economy requires a clear vision of how to take advantage of largely untapped resources for the country's economic and sociological transformation and diversification. It is therefore plausible that Mozambique will continue to attract investors to develop major projects related to natural resources, given its natural wealth and lack of capital and capacity to develop them on its own. As far as the current natural gas and LNG industry is concerned, Mozambique should ensure that they are carried out under a unified and appropriate fiscal framework.

Keywords: Gas Concession and Supply, LNG contracts and MGC S.A

Índice

Declaração de Honra	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos	iii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	iv
LISTA DE TABELAS	v
LISTA DE FIGURAS	vi
Resumo	vii
Abstract.....	viii
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO.....	1
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	1
1.1 Delimitação do Tema.....	2
1.2 PROBLEMA DE PESQUISA	2
1.2.1 Pergunta de Partida.....	3
1.3 OBJECTIVOS DA PESQUISA	3
1.3.1 Objectivo Geral.....	3
1.3.2 Objectivos Especificos	3
1.4 PERGUNTAS DE PESQUISA	4
1.5 JUSTIFICATIVA	4
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO	5
2.1 Conceptualização do Tema.....	6
2.2 Sugestões para Benefícios de Concessão na Bacia do Rovuma.....	9
2.3 Regime Fiscal	11
2.4 Aspectos Contratuais	13
CAPÍTULO III: METODOLOGIA.....	15
3.1. Tipos de Pesquisas.....	15
3. 1.1. Quanto a Natureza	15

3.1.2. Quanto à Abordagem.....	16
3.1.3. Quanto aos Objectivos.....	16
3.1.4 Quanto aos procedimentos técnicos Estudo de Caso.....	16
3.2 Sujeitos e Participantes da Pesquisa	16
3.3. Procedimento de Colecta e Análise de dados	16
CAPÍTULO V: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	21
4.1 Sobre Matola Gás Company S.A.....	19
4.2 Distribuição dos Recursos Minerais em Moçambique, breve contextualização	19
4.2.1 Cadeia de Valor	25
4.3 Tributação no Sector de Hidrocarbonetos	29
4.3.1 Imposto sobre a Produção de Petróleo (IPP)	30
4.4 Quadro Legal do Sector de Hidrocarbonetos	31
4.4.1 Processo de Licenciamento	32
4.5 Representante do Estado no Sector de Hidrocarbonetos	33
4.5.1 Subsidiárias da ENH.....	34
4.6 O Gás Natural Liquefeito (LNG) e suas Aplicações	35
4.6.1 Os Investimentos em Gás e LNG em Moçambique	36
4.6.1 As Mais-valias nos Recursos Minerais em Moçambique.....	36
4.6.2 Recursos de Gás e LNG e a Diversificação.....	37
4.6.3 Desafios na Exploração e Utilização dos Principais Recursos.....	38
CAPITULO V: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	50
5. Conclusões e Recomendações	Error! Bookmark not defined.
Referencias Bibliográficas.....	49
APÊNDICE	51
Apêndice 1: Guião de Entrevista	52
Apêndice 2: Guia de Observação de Pesquisa.....	54
Anexos	56

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A presente dissertação visa a obtenção do grau de mestrado em Gestão Empresarial cujo tema é Análise dos Contratos de Concessão de Fornecimento de Gás Natural: O Caso da Matola Gás Company S.A no Período 2020-2023, para tanto, importa referir que a descoberta de petróleo e gás em Moçambique é por muitos considerada um fundamental ponto de viragem na economia do país.

Segundo Bucuane (2007), o desenvolvimento do gás natural no decorrer do século XX o torna uma fonte de energia primária distinta em paralelo a obtenção de carvão mineral e o petróleo, o que confere uma grande relevância e papel estratégico à extração de gás natural. Nos anos 2000, o aumento do preço do petróleo e os debates em torno da insegurança energética, viabilizaram o crescimento das descobertas de reservas de gás natural para atender a demanda internacional.

Neste contexto, e de acordo com FMI (2005), nos últimos anos a África Subsaariana consolidou sua posição nos mercados mundiais de commodities devido a uma nova “corrida” aos recursos do continente, em detrimento a abertura de novas fronteiras de produção em todos os continentes com destaque nos países emergentes.

Moçambique desponta, por exemplo, como produtor emergente de gás natural cuja a principal produção está localizada nas províncias de Inhambane e Sofala. Os campos de gás natural moçambicanos são palco de um megaprojeto que atrai bilhões de investimentos diretos de atores globais do setor que permitem uma reestruturação espacial do país.

Embora o ambiente de negócios, neste sector, esteja marcado de alguma forma pela incerteza devido a razões de segurança e também da pandemia da corona vírus, acredita-se actualmente que Moçambique deverá tornar-se num dos maiores exportadores de gás natural liquefeito (GNL) na próxima década.

Sendo verdade que a história da indústria extractiva no sector de petróleo e gás em Moçambique já conta com algum legado, os números das recentes descobertas são, de longe, superiores a todo o investimento previamente realizado no país. A título de exemplo, só a área 1, na bacia do Rovuma, liderada pela Total S.A. espera construir até

seis fábricas de GNL, sendo que as duas primeiras fábricas alcançaram a decisão final de investimento (FID) em 2019 no valor de 23 bilhões de dólares.

Para EITI (2005), a criação de infraestrutura de extracção, processamento, liquefação e armazenamento do gás natural já levou a grandes investimentos em antecipação. A crise provocada pelo corona vírus em meados de 2020 levou a atrasos no desenvolvimento do campo de gás Mamba na área de concessão da Área 4, que foi desenvolvido por um consórcio liderado pela empresa norte-americana ExxonMobil. Há também o menor Campo Coral, também na Área 4, que está a ser desenvolvido em consórcio com a liderança da italiana Eni.

Em 2016, a norueguesa Yara International recebeu uma alocação para produzir 1,2-1,3 milhões de toneladas por ano de fertilizantes. Para além dessa companhia, a Royal Dutch Shell ganhou a concessão de uma fábrica de gás liquefeito (GTL), produzindo 38 milhões de barris por dia (MB/d) de combustíveis líquidos, como diesel, nafta e querosene. Finalmente, um grupo queniano, GLA, obteve a concessão para construir uma usina de 250 MW.

1.1 Delimitação do Tema

O presente projecto de pesquisa que visa a elaboração do trabalho final, tem a sua definição espacial, temporal bem como a razão de ser. Em termos de espaço, o estudo de caso vai ser na Matola Gás Company S.A, Cidade da Matola, em termos de período, o estudo vai acontecer a partir da análise a ser feita do ano 2020 – 2023, por constituir um período que coincide não só com a pandemia da COVID-19, como também com a insurgência e desestabilidade econômica que caracteriza o país, não obstante, a economia estar em crise e as comunidades a reclamarem os benefícios da exploração do gás.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Moçambique surge como área notável do gás natural, com as províncias de Inhambane e Sofala, com altas reservas que proporcionam uma posição importante para a matriz energética no país. O cenário permitiu alimentar a esperança de uma “decolagem”

econômica no contexto de reconstrução do país, após uma guerra civil. Dessa forma, os megaprojetos extrativistas, como o gás natural em Pande e Temane, na província de Inhambane, proporcionam uma importante atração dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED)

Ao mesmo tempo, esta interrupção ocorre num momento em que as principais empresas de energia reavaliam a sua abordagem ao GNL, antes visto como o combustível do futuro porque tem emissões mais baixas do que o carvão ou o petróleo, mas que agora está sob escrutínio na tentativa de cortar as emissões de carbono ainda mais profundamente.

As incertezas na exploração do gás aliam-se ao facto dos contratos de concessão não trazerem por si só, vantagens consideráveis para economia moçambicana, quer no que se refere aos benefícios fiscais, quer para o desenvolvimento das comunidades locais.

É preciso não perder de vista que os recursos naturais devem servir para catapultar o desenvolvimento da economia do país e conseqüentemente o bem-estar da sociedade e da comunidade onde o recurso se encontra. Não podemos de forma alguma explorar os recursos existentes em detrimento do desenvolvimento econômico, no entanto, para que isso não aconteça, urge a necessidade de garantir que os contratos para exploração dos mesmos atendam efetivamente o bem-estar da comunidade local, da sociedade em geral e do desenvolvimento econômico do país.

1.2.1 Pergunta de Partida

Até que ponto os contratos de concessão de fornecimento de gás trazem benefícios para o Estado moçambicano?

1.3 OBJECTIVOS DA PESQUISA

1.3.1 Objectivo Geral

Analisar o impacto dos contratos de concessão de fornecimento de gás da Matola Gás Company para economia Moçambicana.

1.3.2 Objectivos Específicos

1. Identificar os elementos que configuram os termos contratuais da Matola Gás Company no fornecimento de gás em Moçambique;

2. Avaliar os benefícios económicos da exploração de gás para sociedade Moçambicana;
3. Sugerir elementos contratuais que visam o melhoramento dos benefícios para o desenvolvimento da economia Moçambicana.

1.4 PERGUNTAS DE PESQUISA

1. Que elementos configuram os contratos de concessão de fornecimento de gás em Moçambique?
2. Quais benefícios os contratos de concessão de fornecimento de gás da Matola Gás trazem para economia Moçambicana?
3. Que elementos devem ser revistos pela Matola Gás Company nos contratos de concessão de fornecimento de gás de modo a agregar valor a economia Moçambicana?

1.5 JUSTIFICATIVA

Neste aspecto, a pesquisa é relevante por ser um país inserido na dinâmica do mercado internacional da cadeia de gás natural. O país passa por profundas transformações que geram novas dinâmicas regionais produtivas, problemáticas territoriais dos atores globais do extrativistas e a confluência das expectativas da sociedade local diante da realidade dos megaprojetos.

Num contexto marcado por uma onda de otimismo e pela elaboração de novas retóricas sobre o papel dos recursos energéticos para o desenvolvimento nacional e regional, vale apontar também a relevância do olhar da geografia sobre estes aspectos. Pois, proporciona elaborar uma análise própria através de conceitos mobilizados e estudos distintos para refletir dinâmicas em curso num país africano.

Os últimos acontecimentos marcados por uma crise energética, sem precedentes, nos países mais industrializados, sobretudo na Europa, China e Estados Unidos e a falta de uma alternativa prática viável ao gás pode, entretanto, criar condições para acelerar o

processo de retoma em alguns projectos de gás em Moçambique, desde que garantidas as necessárias condições de segurança. Analistas ligados ao sector indicam que se, neste tempo, os esforços forem de providenciar capacitação e preparação intensiva do empresariado local, quando houver a retoma e novos concursos forem lançados, será possível ver empresas moçambicanas em joint ventures nos principais projectos de investimento previstos no sector.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho é composto por cinco capítulos onde o primeiro a introdução aborda o problema de investigação e sua justificativa para além de trazer os objectivos e perguntas de pesquisa. Já o segundo capítulo o da revisão da literatura, traz os conceitos básicos e as diversas percepções dos autores sobre a temática. O capítulo três traz a metodologia usada para o sucesso da presente pesquisa tipificando a pesquisa e mostrando as técnicas colecta e análise dos dados para além das considerações éticas.

O capítulo IV faz uma apresentação e discussão dos dados colectados com a literatura revista no capítulo II. Já capítulo V mostra as conclusões e recomendações para além das referências usadas como base teórica para esta pesquisa.

CAPÍTULO II: REVISÃO BIBLIOGRAFICA

2.1 Conceptualização do Tema

O final do século XX foi marcado por temáticas geopolíticas profundas associadas ao gás natural. Em 1970 com a crise energética mundial e com o avanço tecnológico na cadeia de exploração e produção do gás natural, o desenvolvimento da matriz energética tornou-se uma alternativa frente à problemática de dependência do petróleo e elevação dos preços no mercado internacional (Almeida & Colomer, 2013).

Segundo Almeida e Colomber (2013) o gás natural distintamente dos demais hidrocarbonetos possui formas técnicas próprias, na sua logística e estocagem que geram dependência entre produtores e consumidores. Recentemente, a necessidade de operar uma transição energética despertou novamente o interesse pelo gás natural. Regionalmente, o novo cenário energético provocou uma corrida à África Subsaariana e um reposicionamento expressivo dos países africanos nos mercados do petróleo e gás natural.

Em consequência, a África Subsaariana detém na atualidade grande relevância e papel estratégico no cenário mundial da produção de gás natural. Dados da OPEP mostram que a produção de gás natural na África Subsaariana passou de 16,7 bilhões m³ (2008) para 26 bilhões m³ (2017). Logo, as regiões produtoras experimentam profundas transformações econômicas, sociais e espaciais. Moçambique surge como área notável do gás natural, com as províncias de Inhambane e Sofala, com altas reservas que proporcionam uma posição importante para a matriz energética no país. O cenário permitiu alimentar a esperança de uma “decolagem” econômica no contexto de reconstrução do país, após uma guerra civil.

Dessa forma, os megaprojetos extrativistas, como o gás natural em Pande e Temane, na província de Inhambane, proporcionam uma importante atração dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED). Neste aspecto, a pesquisa é relevante por ser um país inserido na dinâmica do mercado internacional da cadeia de gás natural. O país passa por profundas transformações que geram novas dinâmicas regionais produtivas, problemáticas territoriais dos atores globais dos extrativistas e a confluência das expectativas da sociedade local diante da realidade dos megaprojetos. Num contexto

marcado por uma onda de otimismo e pela elaboração de novas retóricas sobre o papel dos recursos energéticos para o desenvolvimento nacional e regional, vale apontar também a relevância do olhar da geografia sobre estes aspectos. Pois, proporciona elaborar uma análise própria através de conceitos mobilizados e estudos distintos para refletir dinâmicas em curso num país africano.

A análise das reservas de gás natural na bacia de Moçambique justifica-se também pelo território-regulação Pires Do Rio (2012:115) que se baseia na “lógica espacial de sistemas normativos e arranjos institucionais gerados tanto pelas decisões de ordem política, de produção e troca dos mais variados produtos, quanto aqueles arranjos que favorecem as ações e interações entre agentes econômicos”. Isto, torna o Governo moçambicano um dos principais agentes no território que gera “possibilidades de coesão e integração, de fragmentação e ruptura” (Pires Do Rio, 2012:115) através de normativa e legislações para o desenvolvimento do país.

Especialistas do sector de petróleo e gás, no entanto, prevê que com esta interrupção forçada e, igualmente, a crise gerada pelo Covid-19 as empresas locais têm um ponto a seu favor.

Com a interrupção causada pela restrição na movimentação de pessoas e bens, a indústria do petróleo e gás vai ficar cada vez mais colaborativa e joint ventures com empresas locais poderão tornar-se tendência para fazer face as limitações de movimentações e como forma de garantir a continuidade das operações. Neste sentido, o tecido empresarial pode aproveitar este tempo de pausa forçada e acelerar as suas capacidades de produtividade e competitividade para responder aos padrões que a indústria exige.

Além disso, a política do governo é maximizar o uso de gás produzido no país para criar desenvolvimento económico e industrial em Moçambique, dando um ponto de partida em uma indústria local de consumo de gás. Até agora, Moçambique concedeu licenças para distribuição de gás em Vilankulo e Inhassoro, perto dos campos de gás de Temane, e nas regiões da Matola e Machava, que são a principal área industrial do país. Portanto, ainda há espaço para estudar outras oportunidades de negócios nas áreas de petróleo e gás para uso industrial, comercial e doméstico em Moçambique.

Autores, como Matutinovic (2009), consideram que os países que adoptam os regimes de partilha de produção têm maior possibilidade de controlo de produção, por parte do Estado, o que torna a curva de produção mais longa e estável.

Em Moçambique, o modelo de partilha de produção dos projectos de gás baseia-se na Lei no. 27/2014, de 23 de Setembro, que determina que a concessionária recupere os custos incorridos na execução das operações petrolíferas pela remuneração, através da titularidade sobre certa quantidade de petróleo produzido, devendo tirar uma parte do mesmo para o pagamento do Imposto sobre a Produção de Petróleo (IPP).

Após o pagamento do IPP, o remanescente denomina-se petróleo disponível, volume sobre o qual devem ser recuperados todos os custos incorridos. O cálculo do petróleo-custos e do petróleo-lucro devem ser efectuados para cada ano civil, numa base cumulativa.

O regime determina, ainda, que em cada ano civil, a totalidade dos custos recuperáveis, incorridos pela concessionária relativamente às operações petrolíferas na área do contrato, limita-se a 60% do petróleo disponível.

Caso os custos recuperáveis excedam o limite acima mencionado, estes deverão ser transmitidos para o ano seguinte até serem totalmente recuperados. Nestes termos, tanto o Estado como a concessionária têm direitos, em quotas participativas indivisas, independente do número de parceiros no projecto e do petróleo disponível para venda pela concessionária, em um período determinado, salvo se de outro modo o Governo decidir sobre a sua quota-parte. A figura abaixo ilustra com o funciona a arquitectura do regime de partilha adoptado para alguns projectos de exploração de gás natural no país.

O modelo de partilha de gás-lucro assinado entre a concessionária do projecto Coral Sul FLNG e o Governo diminui substancialmente as contribuições do projecto para as receitas fiscais, tornando remota a possibilidade de arrecadar mais de 50% do gás-lucro durante a vida do projecto. Aliado a este facto, a problemática dos custos recuperáveis e dos preços de transferência são dois dos maiores factores que podem agravar a situação.

No que concerne aos custos recuperáveis, é da competência do regulador, o Instituto Nacional de Petróleo (INP), assegurar o controlo dos custos incorridos na fase de exploração, de acordo com o n.º 1 do artigo 5 do seu Estatuto Orgânico, segundo o qual

o INP, no âmbito das suas competências e atribuições, deve observar e acompanhar a execução das operações petrolíferas e inspeccionar todos os bens, registos e dados na posse do operador.

Consta do contrato que a concessionária suportará e pagará todos os custos na execução das operações, incluindo o montante de quaisquer contribuições feitas pela concessionária para o fundo de desestabilização bem como os custos de implementação do plano de desmobilização aprovado, recuperando até 75% do petróleo disponível.

Em termos de exploração de hidrocarbonetos, Moçambique possui experiência na exploração do gás natural na bacia de Moçambique. À semelhança de outros projectos de petróleo e gás que inflacionam os custos durante a exploração, o referido projecto de exploração de gás natural, liderado pela Sasol Petroleum Temane, representa um claro exemplo de inflação de custos.

2.2 Sugestões para Benefícios de Concessão na Bacia do Rovuma

A bacia de Moçambique faz parte da indústria extrativista de Moçambique, no grupo petrolífero, do setor de projetos de extração de gás natural (Selemane, 2017:11). No qual a partir dos anos 2000 apresenta-se como principal área expoente de gás convencional, com reservas em alta concentração, qualidade e com facilidade de desenvolvimento no mercado internacional (Rolo & Tschanze, 2008).

Assim, nota-se operações de alta tecnologia nos campos de exploração e produção (E&P) e logística, com crescentes exportações por gasodutos como alternativa para “longas distâncias e volumes elevados” (Almeida & Colomber, 2013:17).

Deste modo, o conceito de espaço geográfico abordado por Santos (2002) é fundamental para alcançar o primeiro objetivo específico, com foco nas formas, funções, processos e estruturas do sistema de objetos da bacia na exploração e produção de gás natural.

O conceito de organização espacial de Corrêa (2000) permite uma análise das estratégias dos fenômenos em desenvolvimento e das interações espaciais no transporte, estocagem e distribuição de gás natural.

E por último, as contribuições de Almeida e Colomber (2013) sobre a cadeia de gás natural, seus componentes *upstream*, *midstream* e *dowstream* auxiliam na compreensão do objetivo da pesquisa. O espaço geográfico é definido por sistemas de objetos e sistemas de ações em comunicação. O sistema de objetos é construído através de elementos “dons da natureza” (Santos, 2002) que são beneficiadas em prol do homem e para seu uso, seja de um objeto fixo ou móvel.

Ainda de acordo com o autor a forma é o aspecto visível, isto é, o exterior do sistema de objetos e, também, expressa a função da atividade desempenhada pelo objeto criado. Logo, forma e função variam no tempo e assumem as características dos grupos sociais numa compreensão espaço-temporal.

Assim, o sistema de objetos também abrange a ação realizada de modo contínuo, ou seja, o processo que visa o resultado na mudança no espaço-tempo. Por isto, os processos ocorrem na estrutura, social, econômica, cultural, política resultante de contradições internas.

Ao projectar as categorias de análise sobre a bacia de Moçambique, observa-se o argumento descrito por Santos (2002:72) da construção dos objetos no espaço: “somos alertados para as relações que existem entre os lugares. Essas relações são respostas ao processo produtivo no sentido largo, incluindo desde a produção de mercadorias à produção simbólica” (Santos, 2002:72).

Portanto, a necessidade de estudos em áreas de exploração extrativista em Moçambique traz à tona objectos não somente econômicos dentro do mercado energético, mas também, simbólicos para o desenvolvimento econômico nacional e regional.

A legitimação da prospecção *on* e *off shore* de gás natural ocorre pela divulgação de país transformado em global *player* no cenário mundial dos recursos energéticos, num contexto forte de expansão da demanda pelos países asiáticos (Monié, 2012).

Os objetos de logística do gás natural, na rede de distribuição e transporte são, por conseguinte, “resultante de decisões locacionais, privilegiando as formas e os movimentos sobre a superfície da Terra (interação espacial)” (Corrêa, 2000:19) na organização do espaço. Isto, confere aos objetos meios de reprodução no espaço pois, “ao fixar no solo os seus objetos, um grupo possibilita que as atividades desempenhadas

por estes alcancem um período de tempo mais ou menos longo, repetindo, reproduzindo as mesmas” (Corrêa, 2000:55). É possível observar o ocorrido nos gasodutos do empreendimento logístico na bacia de Moçambique, nas províncias de Inhambane e Sofala que são considerados um vetor importante, percorrendo 865 Km de extensão até a província de Mpumalnga (Secunda) na África do Sul.

2.3 Regime Fiscal

Durante os últimos anos, o regime fiscal para os projectos da área mineira e de petróleo era negociado no âmbito de cada contrato e posteriormente levado ao Conselho de Ministros para aprovação.

Os incentivos fiscais, concedidos caso a caso, constavam no Código dos Benefícios Fiscais ao abrigo da Lei de Investimentos (Lei n.º 3/93). De entre os benefícios fiscais no âmbito do Código, aprovado pelo Decreto n.º 26/2002, constavam a isenção de direitos aduaneiros e de IVA sobre a importação de equipamento e bens, redução da taxa de IRPC, isenção do imposto de selo e redução da taxa de SISA.

Uma das questões recentemente mais levantada pelo Fundo Monetário Internacional nas suas discussões com o Governo foi a falta de informação sobre os megaprojetos e a sua pouca contribuição para as receitas fiscais arrecadadas pelo Estado. Em relação ao sector de minas e petróleo, insistia-se que os incentivos fiscais até agora concedidos deveriam ser removidos nos contratos com novos investidores.

Considerava-se que, no futuro, não seriam necessários incentivos fiscais pois havia já uma grande apetência das empresas mineiras e companhias de petróleo pelo investimento em Moçambique. O FMI insistiu também na introdução de contratos modelo para as concessões a serem atribuídas na área mineira e petrolífera e de reduzir ao mínimo os *itens* que seriam sujeitos a negociações com os investidores.

Em meados de 2007 foram aprovadas pela Assembleia da República as Leis 11/2007 e 12/2007 sobre os impostos específicos da actividade mineira e actividade petrolífera respectivamente. No caso da actividade mineira trata-se do Imposto sobre a produção mineira e do Imposto sobre a superfície e no caso do petróleo do Imposto sobre a produção de petróleo. O imposto sobre a produção de petróleo, que segundo a anterior legislação era de 5% para o gás natural e 8% para o petróleo passou para 6% e 10%, respectivamente.

Com a nova legislação, a taxa é a mesma quer a actividade tenha lugar em terra ou em águas muito profundas, enquanto na legislação anterior havia uma redução da taxa em função da profundidade de água. Existe também o imposto sobre o rendimento corporativo (*corporate income tax rate*) que é 32% dos proveitos das empresas.

O que quer dizer que o nível de todas as rendas que o Governo pode recolher situa-se em cerca de 35%, mas isto só depois de as multinacionais terem recuperado o seu investimento, o que leva entre 5 a 10 anos de exploração. Contrariamente a outros países, há quem pense que este quadro de partilha das rendas entre as multinacionais e os Governos é teoricamente bom.

Por exemplo, o Chade arrecada 28% das rendas e o Uganda perto de 20%. Mas, em contrapartida, a Nigéria e Angola ganham mais ou menos 90% e 60%, respectivamente, de todas as rendas de petróleo produzido nestes países. Se tais termos fiscais em vigor em Moçambique são atractivos e competitivos com os termos oferecidos por outros países, para os investidores que no futuro pretendam investir em Moçambique, esta é uma questão a ser verificada na prática.

Aliás, os quadros fiscais podem não ser determinantes para os níveis de receitas que as multinacionais arrecadam. Cada vez mais, há que se colocar algum enfoque nas capacidades de controlo, supervisão e fiscalização das instituições relevantes.

No caso vertente, uma gritante incapacidade de Moçambique ainda se verifica, por exemplo, na actividade mineira, onde o Estado reconhece uma fraca capacidade de fiscalização, o que propicia uma deficiente cobrança de receitas, não havendo números claros sobre a quantidade de minerais que são explorados no país.

Parece hoje claro que, com os actuais preços de mais de 100 USD/barril, as multinacionais vão investir em qualquer contexto fiscal pois elas podem inflacionar os custos de produção para reduzirem o que efectivamente devem pagar aos Governos. Um recente exemplo que confirma a importância da transparência da parte das multinacionais é que o governo de Nigéria parece estar hoje com dificuldades de saber se as multinacionais que lá opera estão a produzir 2 milhões de barris/dia ou 3 milhões de barris.

Ainda em 2007 foi aprovada a Lei n.º 13/2007 atinente à revisão do regime dos incentivos fiscais das áreas mineiras e petrolífera. Os incentivos do Código de Benefícios Fiscais deixaram de ser aplicáveis às áreas mineira e petrolífera. O único benefício que agora é concedido é a isenção de direitos aduaneiros e IVA sobre a importação de bens e equipamento, por um período limitado de 5 anos.

2.4 Aspectos Contratuais

Este aspecto é uma das questões centrais quanto falamos em transparência: a questão do acesso à informação e à capacidade das entidades relevantes em sistematizarem e fornecerem informação adequada sobre o nível de receitas no sector.

No caso moçambicano, a adesão à EITI vai implicar da parte do Governo e da Assembleia da República um cometimento específico no que diz respeito à melhoria do quadro legal relativo ao acesso à informação. Isto significa que terá de ser aprovada uma lei que permita o acesso público facilitado à informação em posse das entidades do Estado.

Na verdade, um projecto lei neste sentido foi submetido à Assembleia da República pelo capítulo moçambicano do MISA (Media Institute for Southern Africa), mas ele ainda não foi debatido e nem sequer há indicações de que isso venha a ser feito. Mas também existe a percepção de que não há ainda, da parte das instituições do Governo, capacidade e disponibilidade em fornecerem informação correcta e devidamente harmonizada.

Por outro lado, a implementação do EITI em Moçambique não pode apenas ser vista pelo lado das receitas. Existem, no nosso entender, outros elementos importantes a ter em conta, com destaque para capacidade das entidades do Estado em fazerem análises de custo-benefício e serem mais exigentes relativamente aos planos de negócios das empresas (do ponto de vista de gestão ambiental e de responsabilidade social), mas também no que diz respeito aos tipos de contratos que são assinados, nos quais hoje as elites podem ser sócias, mas as comunidades não – aqui nos referimos à questão da titularidade dos mecanismos de rendimento de tal forma que as comunidades possam beneficiar mais directamente da indústria extractiva.

Também devemos referir que a questão do paradoxo da abundância - a ideia de que países com uma vastidão de recursos naturais têm desempenhos de crescimento

económicos menores que aqueles que dependem das matérias-primas tradicionais - começa hoje a ser contestada na forma como ela é abordada, havendo novas maneiras de olhar para o fenómeno no sentido de que não se trata apenas de abundância de recursos naturais, mas também, e mais relevante, a questão da dependência de recursos naturais.

Ou seja, não é automático que um país rico em recursos naturais acaba necessariamente em recordes de crescimento lento e pobreza institucional. Casos como o do Botswana, Noruega e Malásia provaram o contrário. Até porque países com instituições pobres são os que menos investimento atraem e, em função dos fracos níveis de crescimento económico, acabam permanecendo dependentes da exportação de matéria-prima. Por isso, a questão central que se coloca para o nosso país não é apenas o de se descobrir mais e mais recursos naturais, mas o de saber que sectores potenciais e que indústrias podem criar valores adicionais à economia moçambicana.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

O objectivo da ciência é revelar a veracidade dos factos juntamente com outras formas de conhecimento que também buscam a verdade, cada qual em seu ramo como nos casos dos conhecimentos filosófico, teológico e empírico. Porém, o que destaca o conhecimento científico dos outros é a sua verificabilidade, que é a possibilidade de demonstrar qual o método que possibilitou chegar a tal conhecimento (Silva, 2005:33). Para Silva (2005) o método é como alcançar o objectivo do conhecimento que se quer apresentar, utilizando determinadas técnicas e procedimentos intelectuais.

3.1. Tipos de Pesquisas

A primeira classificação de uma pesquisa deve ser em relação à abordagem. As pesquisas científicas podem ser qualitativas ou quantitativas, ou ainda, agregar as duas classificações. A escolha vai depender da área, do objecto e dos objectivos da pesquisa.

Segundo Delmiro (2002), a pesquisa qualitativa considera que existe uma relação entre o mundo e o sujeito além daquela traduzida em números. Nessa abordagem, o objectivo central da pesquisa é entender a explicação de algum fenómeno. Ou seja, há subjectividades e nuances que não são quantificáveis. Já a pesquisa quantitativa considera elementos quantificáveis. Isto é, o objectivo da pesquisa é analisar fenómenos a partir de quantificações, normalmente através de ferramentas estatísticas.

Neste contexto, esta pesquisa será uma pesquisa qualitativa dado que argumenta os resultados do estudo por meio de análises e percepções sobre análise dos contratos de concessão de fornecimento de gás natural.

3.1.1. Quanto a Natureza

Quanto à natureza a pesquisa é aplicada porque segundo Delmiro (2002) tem como objectivo a geração de um novo conhecimento para aplicação prática e imediata, dirigidos a solução do problema em específico envolvendo os interesses em estudo, contribuindo deste modo para fins práticos a que se propõem.

3.1.2. Quanto à Abordagem

Quanto a abordagem a pesquisa será qualitativa, que segundo Denzil e Lincoln (2006), a mesma envolve uma abordagem interpretativa do caso em estudo, a partir de cenários concretos, tentando entender os mesmos em termos de significados que as pessoas a conferem e posteriormente trazer elementos certos para interpretação do estudo.

3.1.3. Quanto aos Objectivos

Quanto à finalidade, a pesquisa será descritiva e explicativa. No entanto, segundo Gil (1991), a pesquisa descritiva adoptam como objetivo primordial a descrição das características de determinada população em estudo ou mesmo um determinado fenómeno. Já as pesquisas explicativas tem como preocupação central, identificar os factores que determinam ou que contribuem para ocorrência dos fenómenos.

3.1.4 Quanto aos procedimentos técnicos Estudo de Caso

No que concerne aos procedimentos técnicos a pesquisa classifica-se como estudo de caso. Martins (2007:55) menciona que, “os dados e as informações deverão ser analisados visando à solução do problema de pesquisa proposto, o alcance dos objectivos traçados, bem como utilizados para se testar as hipóteses enunciadas”.

3.2 Sujeitos e Participantes da Pesquisa

A pesquisa usará a amostragem não probabilística por conveniência, com vista a criar amostras de acordo com as facilidades de acesso, tendo em conta a disponibilidade das pessoas para fazer parte da amostra em determinado intervalo de tempo, usando método estatístico que se baseia na escolha de participantes de maneira mais fácil ou acessível para o pesquisador, em vez de seguir um processo aleatório ou estruturado de seleção. Serão inquiridas 15 colaboradores num universo de 30 colaboradores, entre os quais os Administradores, Engenheiros e os restantes colaboradores.

3.3. Procedimento de Colecta e Análise de dados

Como técnicas de análise de dados, usar-se-á a documentação indirecta, que abrange a pesquisa documental e a bibliográfica, combinada com documentação directa em forma entrevistas (Gil, 1999). A documentação consistirá na análise de documentos bibliográficos que versam sobre o objecto de estudo. A entrevista consistirá na

elaboração de perguntas direccionadas a certas individualidades preferencialmente seleccionadas.

Em relação à técnica de análise de dados, usar-se-á à análise de conteúdo que é segundo Gil (2002:89), uma técnica que possibilita a descrição do conteúdo manifesto e latente das comunicações. Pode ser utilizada, por exemplo, para examinar a ideologia política implícita nas notícias de jornal ou o preconceito de raça e de género subjacente aos textos escolares. A análise de conteúdo desenvolve-se em três fases. A primeira é a pré-análise, onde se procede à escolha dos documentos, à formulação de hipóteses e à preparação do material para análise. A segunda é a exploração do material, que envolve a escolha das unidades, a enumeração e a classificação.

A terceira etapa, por fim, é constituída pelo tratamento, inferência e interpretação dos dados. Na visão de Gil (2002:90), a análise de conteúdo pode ser quantitativa ou qualitativa. Dessa forma, torna-se possível descrever com precisão fenómenos tais como atitudes, valores e representações e ideologias contidas nos textos analisados.

A técnica a ser usada para a recolha de dado utilizado para a presente pesquisa será entrevista, A entrevista é uma técnica amplamente utilizada para coletar informações e dados sobre uma população. Ele permite que os pesquisadores obtenham uma visão geral das atitudes, comportamentos e opiniões dos respondentes sobre um determinado tema" (Babbie, 2016).

"O inquérito é uma das ferramentas mais populares para a coleta de dados em pesquisas sociais e comportamentais. Ele permite que os pesquisadores obtenham dados quantitativos precisos e confiáveis sobre uma população, o que pode ser usado para informar a tomada de decisões" (Fowler, 2014).

"Os inquéritos são uma forma eficaz de coletar dados de uma grande amostra de indivíduos em um curto período. Eles são particularmente úteis para coletar dados sobre comportamentos, atitudes e opiniões que não podem ser facilmente observados diretamente" (Dillman, Smyth, & Christian, 2014).

"Os inquéritos são uma técnica valiosa para a pesquisa em saúde, pois permitem que os pesquisadores obtenham informações sobre uma ampla gama de variáveis, incluindo

hábitos de saúde, sintomas, fatores de risco e resultados de saúde" (Couper & Tourangeau, 2013).

"Os inquéritos são uma técnica amplamente utilizada para coletar dados em pesquisas de mercado. Eles permitem que os pesquisadores obtenham informações sobre as preferências do consumidor, comportamentos de compra e atitudes em relação aos produtos e serviços" (Malhotra, 2010).

CAPITULO IV: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

4.1 Sobre Matola Gás Company S.A

A presente empresa será objecto de estudo no âmbito do tema em apreço, a mesma tem a sede localizado no Bairro da Sommerchield, Avenida do Zimbabwe, 688, com a área operacional na Rua da Mozal Parcela 3453, Beluluane, Matola – Moçambique.

A Matola Gas Company é uma empresa moçambicana que se dedica ao transporte, distribuição e comercialização de gás natural produzido em Moçambique. Opera um gasoduto de cerca de 100km com capacidade de cerca de 8 milhões de *gigajoules* de gás natural por ano.

A MGC tem missão de contribuir para o aumento da capacidade produtiva de energia com base nos recursos energéticos do país, impulsionando o seu desenvolvimento sustentável no uso da energia limpa.

A mesma tem como visão, acrescentar valores aos recursos energéticos disponíveis com responsabilidade e eficiência e ganhar reconhecimento nacional pela excelência de serviços.

4.2 Distribuição dos Recursos Minerais em Moçambique, breve contextualização

O Estado moçambicano considera como recurso mineral qualquer substância sólida, líquida ou gasosa formada na crosta terrestre por fenómenos geológicos ou a ele ligados¹. Entre os recursos minerais existentes em Moçambique destaca-se o ouro, cobre, ferro, bauxite que ocorrem com maior frequência em Manica no oeste de Moçambique; O gás natural que se encontra nas reservas da bacia do Rovuma no norte do país, na província de Cabo Delgado, nas reservas dos campos de Pande e Temane, no sul do país na província de Inhambane e na reserva do campo de Buzi que se localiza no centro do país na província de Sofala; O carvão mineral que se encontra no centro do país na província de Tete nos distritos de Moatize, Benga, Revuboé e Ncondezi; Areias pesadas que se encontram principalmente nas reservas de Moma no norte do país na província de Nampula.

¹ MIREME, www.mireme.gov.mz

A distribuição dos recursos minerais pelo território nacional pode ser visualizada na figura em baixo:

Figura 1: Distribuição de recursos minerais



Fonte: MIREME

O sector extractivo em Moçambique divide-se entre a produção industrial, dominada por grandes corporações multinacionais e produção artesanal exercida por garimpeiros quer individuais quer associados. Das multinacionais que operam na indústria extractiva em Moçambique as que estão envolvidas nos mega projectos², destacam se as seguintes:

Campos de Gás Natural:

- **Anadarko Moçambique Área 1 Limitada**, é uma empresa subsidiária da Anadarko Petroleum Corporation sediada no Texas nos Estados Unidos da América. A Anadarko Moçambique Área 1 Limitada está a realizar a pesquisa e prospecção do gás natural na área Offshore 1 da Bacia do Rovuma, Península de

² São projectos de investimentos e produção com um investimento superior a 500 milhões de dólares e com um impacto significativo na produção e comércio.

Afunji no distrito de Palma em Cabo Delgado, sendo a sua primeira descoberta datada de 2010.

- **A Eni East Africa Spa** é uma subsidiária da empresa Ente Nazionale Idrocarburi (Eni), com sua sede na Itália. A Eni opera nas áreas de pesquisa e produção de petróleo e Gás, refinaria, comercialização de recursos energéticos, engenharia e construção, bem como na indústria química. Em Moçambique iniciou as suas operações em 2006 na Área 4 (off-shore) na Bacia do Rovuma (Cabo Delgado).
- **A Sasol Petroleum Temane, Lda** é uma empresa subsidiária da Sasol Petroleum International da África do Sul. Começou a operar no ano de 2002 em Moçambique, e na carteira das suas actividades constam a exploração, o desenvolvimento de campos de gás em Pande e Temane na Província de Inhambane (on-shore) juntamente com a instalação de uma Central de Processamento de Gás em Temane.

A pesquisa de hidrocarbonetos em Moçambique data dos primórdios dos anos 1900 com a descoberta de bacias sedimentares bastante espessas na parte continental de Moçambique. A partir do ano 1948 diversas empresas estrangeiras iniciaram trabalhos de pesquisa de hidrocarbonetos com maior incidência nas áreas “onshore”. Como resultado desta pesquisa, foi a descoberta do campo de Gás de Pande em 1961, seguido pelas descobertas de Buzi (1962) e a descoberta do campo de Temane (1967). Devido à instabilidade política que o país atravessou após a sua independência observou-se uma redução das actividades de pesquisa até os princípios da década 90.

A crescente procura de hidrocarbonetos em Moçambique tem resultado em diversas descobertas, que serão apresentadas abaixo:

a) Na Área de Hidrocarbonetos

Foram no total realizados 14 furos repartidos entre os operadores Anadarko Moçambique Área 1 Limitada em 2015 e Sasol Petroleum Temane em 2016, conforme os dados fornecidos pelo INP:

Tabela 1: Distribuição de recursos minerais

Ano	Operador	Concessão	Furo	Objectivo	Resultado	Total
2015	Anadarko Moçambique Área 1, Limitada	Rovuma Offshore Area 1	Golfinho Atum G_A_OL	Avaliação	Gás	1
			Golfinho Atum G_B_OU	Avaliação	Gás	1
			Golfinho Atum G_C_OL	Avaliação	Gás	1
			Golfinho Atum G_D_OL	Avaliação	Gás	1
			Golfinho Atum G_E_OL	Avaliação	Gás	1
		Rovuma Onshore Área	Kifaru-1	Pesquisa	Seco	1
Sub-Total 2015						7
2016	Sasol Petroleum Temane	Pande/Temane (PSA)	Inhassoro-15	Desenvolvimento	Petróleo Leve	1
			Temane-26	Desenvolvimento	Gás	1
			Temane-26z	Desenvolvimento	Gás	1
			Temane-27	Desenvolvimento	Petróleo Leve/Gás	1
			Temane-27z	Desenvolvimento	Gás	1
			Inhassoro-16	Desenvolvimento	Petróleo Leve	1
Inhassoro-15z	Desenvolvimento	Petróleo Leve	1			
Sub-Total 2016						7
Total 2015-2016						14

Fonte: MIREME

O furo realizado pela Sasol Petróleo Temane, denominado por Temane-27, revelou petróleo leve e Gás. Também foram descobertas outras regiões para prospecção, nomeadamente:

- Temane West G6A;
- Temane West G11;
- Temane West G11A;
- Temane West G12.

De acordo com os dados do INP, até 2016 foram descobertos um total de 193.3 triliões de péúbicos (TFC) de reservas de gás natural repartidos por:

- Campo de gás de Pande em Inhambane descoberto pela companhia Gulf em 1961 com 3.4 TCF, estando actualmente em produção liderada pela Sasol Petroleum Temane.

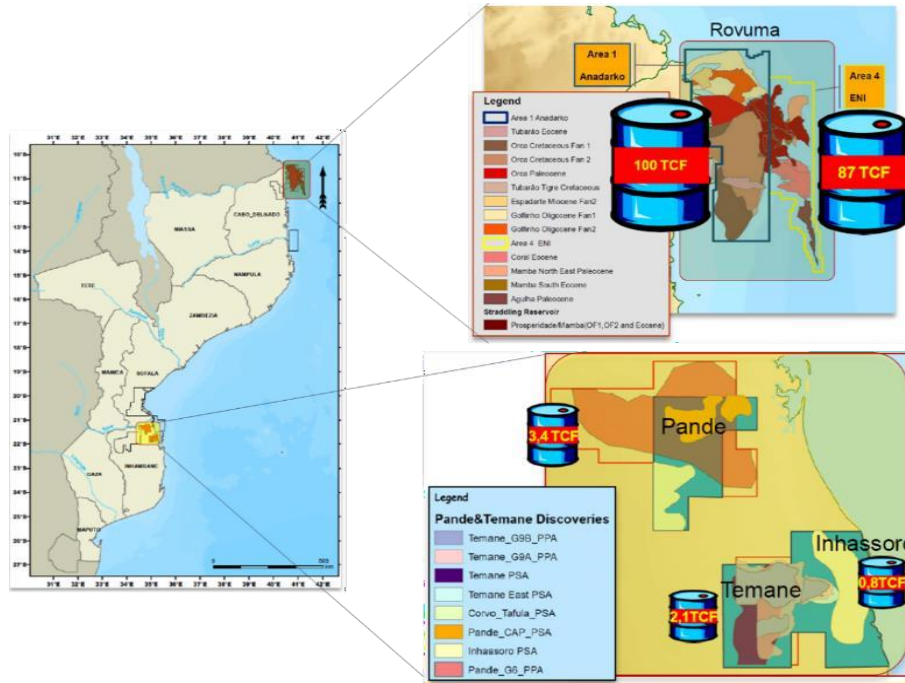
- Campo de gás de Temane em Inhambane descoberto em 1967 com 2.1 TCF, também actualmente em produção liderada pela Sasol Petroleum Temane.
- A primeira descoberta do petróleo leve foi em 2003 no campo de gás de Inhassoro na Província de Inhambane.
- Bacia do Rovuma, campo de gás da Área 1, com 100 TFC descoberto pela concessionária e operadora Anadarko Mozambique Área 1, Lda com 26.5% de interesses participativos, tendo como outros participantes a Mitsui E&P Mozambique Area-1 Limitada com 20%, ONGC Videsh com 16%, ENH com 15%, BPRL Ventures Mozambique B.V com 10%, PTT com 8.5% e Oil India com 4%.
- Bacia do Rovuma, campo de gás da Área 4, com 85 TFC descoberto pela concessionária e operadora Eni. Em 2016, os interesses participativos estavam estruturados da seguinte forma: 50% detidos pela operadora Eni, 20% pela Chinese National Petroleum Corporation (CNPC) e 10% pela Galp, ENH e Kogas cada.
- Apresenta-se na tabela abaixo um resumo das concessões em vigor até o ano de 2016, com as respectivas participações.

Tabela 2: Concessões em vigor na área de hidrocarbonetos

Operadores	Área	Tipo de contrato ²³	Data Efectiva	Concessionárias (Interesse Participativo)	Fase
Sasol Pande Temane Limitada	Jazigo de Pande e Temane	PPA	26/10/2000	SPT (70%) CMH (25%) IFC (5%)	Produção
Sasol Petroleum Mozambique, Limitada	Blocos de Pande e Temane	PSA	01/08/2002	SPM (100%)	Pré- Desenvolvimento
Sasol Petroleum Sofala, Limitada	Blocos 16 e 19	EPCC	01/07/2005	SPS (50%) ENH (15%) PCMRB (35%)	Pesquisa
ENI East Africa	Área 4 da Bacia do Rovuma	EPCC	01/02/2007	EEA (42.5%) CNPC (28.5%) ENH (10%) Galp (10%) KOGAS (10%)	Pré- Desenvolvimento
Anadarko Moçambique Área 1, Limitada	Área 1 da Bacia do Rovuma	EPCC	01/02/2007	AMA 1 (26.5%) BPRL (10%) Mitsui (20%) ENH (15%) PTT (8.5%) Oil India (10%) ONGC Videsh (10%)	Pré- Desenvolvimento
Wentworth Petroleos Moçambique, Limitada	Área Onshore da Bacia do Rovuma	EPCC	01/09/2007	Wentworth (61%) Maurel & Prom (24%) Prom (24%) ENH (15%) PTT (10%)	Pesquisa
Sasol Petroleum Sengala, Limitada	Bloco de Sofala	EPCC	01/02/2007	SPS (85%) ENH (15%)	Pesquisa
BUZI	Bloco de Buzi	EPCC	01/04/2009	BH (75%)	Pesquisa
Hydrocarbons				ENH (25%)	
Total	Área Offshore 3 e 6 da Bacia do Rovuma	EPCC	01/04/2009	TOTAL (90%) ENH (10%)	Pesquisa
Sasol Petroleum Mozambique Exploration Limited	Área A Onshore	EPCC	01/06/2011	Sasol (90%) ENH (10%)	Pesquisa

Fonte:MIREME

Figura 2: Concessões em vigor na área de hidrocarbonetos



Fonte: INP (2021)

4.2.1 Cadeia de Valor

A cadeia de valor pode ser definida como um conjunto de acções ou fases que um produto é submetido para adicionar valor ou seja o processo desde a matéria-prima até à distribuição e venda aos clientes. No sector extractivo, as fases pelas quais o produto é submetido antes de chegar ao cliente final podem ser divididas em três o **“Upstream”**, o **“Midstream”** e o **“Downstream”**.

Tabela 3: Descrição genérica da cadeia de valor

Fase da Cadeia de Valor	Sector de Hidrocarbonetos	Sector de Minas
Upstream	Relacionado com a exploração e produção do petróleo e gás. Pode incluir o processo de liquefação, em que o gás é refrigerado a temperaturas baixas o que permite a sua condensação de modo a facilitar o seu transporte	Relacionado com a exploração e produção de minerais. Pode incluir a extracção e processamento de minerais
Midstream	Relacionado com o armazenamento e transporte do gás ou petróleo bruto que pode ser da zona de exploração até a refinação. Nesta fase é possível utilizar gasodutos de media ou alta pressão, tubagens, navios-tanques, podendo utilizar-se combinação de dois ou mais meios de transporte até as refinarias	Relacionado com o transporte de minerais antes de serem refinados. O transporte pode ocorrer da zona de extração para centros de processamento. Nesta fase é possível utilizar transporte rodoviário, ferroviário, marítimo ou uma combinação dos mecanismos de transporte até os centros de processamento.
Downstream	Relacionado com a distribuição em baixa pressão, comercialização e entrega aos consumidores finais, quer seja a grosso quer a retalho, dos produtos petrolíferos. Para o petróleo bruto (crude) se refere à distribuição e venda de produtos refinados.	Relacionado com a distribuição de minerais apos o processamento, comercialização e entrega aos consumidores finais, dos produtos mineiros.

Fonte: MIREME

Cadeia de valor do Gás natural dos campos de Pande-Temane em Inhambane são os únicos que estão a produzir gás em Moçambique.

Os principais actores em cada uma das fases da cadeia de valor (upstream, midstream e downstream) são descritos abaixo

- **Upstream**

O contrato de produção de Petróleo (CPP) nos campos de Pande-Temane foi assinado a 26 de Outubro de 2000 em que o Governo Moçambicano e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) atribuíam à empresa Sasol Petroleum Temane (SPT) e à Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH) o direito de conduzirem operações petrolíferas nos campos de gás de Pande e Temane, e foi nomeada a SPT como o operador do projecto. Em 2002 a SPT e a CMH assinaram o Acordo de Operações Conjuntas (JOA) que estabelece os direitos e obrigações de cada uma das partes no consórcio, estando no mesmo contemplado o direito de participação da CMH com 30% nos campos de gás de Pande e Temane e a opção de interesse em participar na Central de Processamento de Gás localizada em Temane. Sendo que em 2003, a CMH e o International Finance Corporation (IFC), membro do Banco Mundial, celebraram um acordo de Farm-out²⁵ ao abrigo do qual a CMH cedeu 5% das suas participações no projecto de Gás Natural de Pande e Temane ao IMF, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2006. Sendo que, a partir desta data, as participações no empreendimento de gás de Pande e Temane foram repartidas em 70% para a SPT, 25% para a CMH e 5 % para o IFC.

Em Junho de 2008 a CMH tornou-se o veículo de participação dos moçambicanos no projecto de gás natural de Pande e Temane, pela abertura do seu capital social a pessoas singulares e coletivas moçambicanas, através da venda de 10% do capital social originalmente detidos pela ENH. Assim, na CMH foram incorporados mais de 1300 acionistas moçambicanos²⁶ e em 2009 estas acções foram cotadas na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM).

- **Midstream**

Em Maio de 2002 foi inaugurado em Temane o projecto de expansão da capacidade instalada de 120 MGJ para 183 MGJ e em Fevereiro de 2004 foi formada a “Joint

Venture” Republic of Mozambique Pipeline Company (ROMPCO) com três accionistas, nomeadamente, a South African Gas Development Company Limited (iGas), a Companhia Moçambicana de Gasoduto, S.A. (CMG) e a Sasol Gas Holding Pty Ltd, sendo a operadora comercial de 865 Km do gasoduto de alta pressão que transporta o gás produzido nos campos de Pande e Temane até Secunda para as operações da Sasol na África de Sul³.

- **Downstream**

Em 2004 foi fundada a Matola Gas Company, SA (MGC) tendo como acionistas a ENH, investidores moçambicanos privados e pela empresa sul africana GIGAJOULE Internacional. A MGC dedica-se ao transporte, distribuição e comercialização de gás natural produzido em Moçambique que é usado como fonte de energia para o funcionamento de diversas unidades industriais como à fábrica de alumínios da Mozal, a fábrica de Cimento de Moçambique e outras 18 empresas localizadas na Machava e Matola (província de Maputo).

A MGC opera um gasoduto de transporte e distribuição de gás natural de cerca de 100 km com capacidade de cerca de 8 milhões de gigajoules de gás natural por ano, mediante um acordo de concessão estabelecido com o Governo da República de Moçambique para distribuição do gás na província de Maputo.

O gasoduto da MGC inicia em Ressano Garcia onde liga ao gasoduto principal dos campos de exploração de Pande e Temane com destino à África do Sul. A estação de compressão encontra-se a 75 km da Matola, onde a pressão é reduzida para 10 bar.

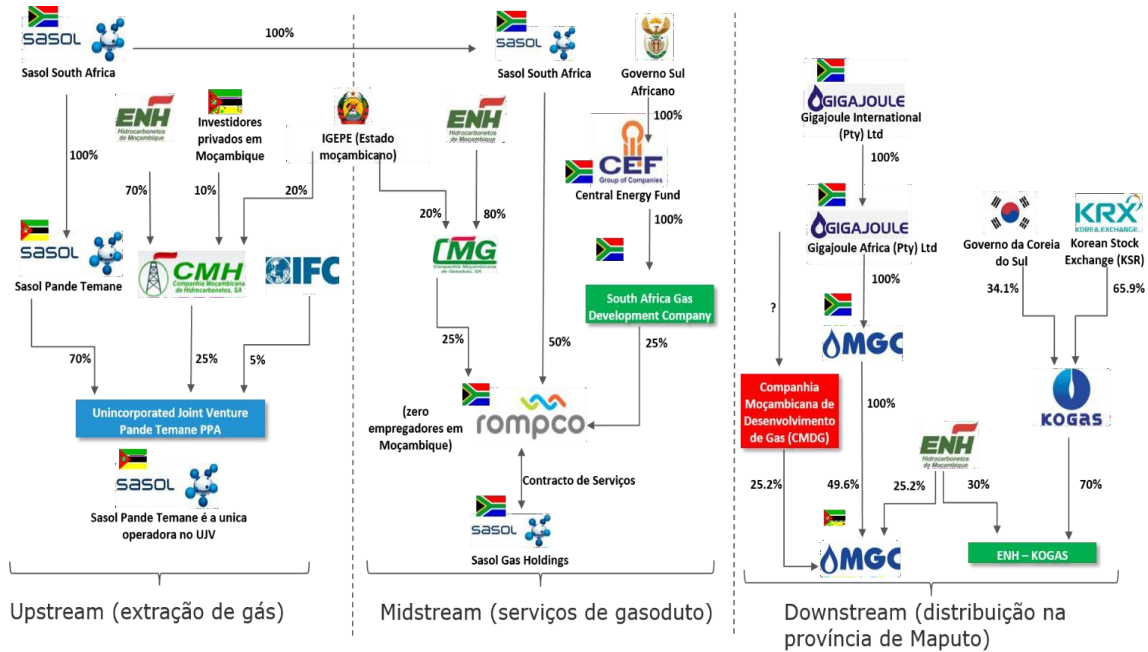
A 4 de Janeiro de 2011 foi formada a ENH-Kogas⁴, uma sociedade constituída em 30% por ENH e 70% pela empresa coreana de gás Kogas. A ENH-Kogas é responsável pelo projecto de distribuição de Gás da cidade de Maputo e distrito de Marracuene que terminou em Junho de 2015, que visava construir uma rede de distribuição de gás com uma extensão de 62 quilómetros, num investimento avaliado em 38.2 milhões de dólares americanos em que se previa mais de 1400 ligações para consumidores industriais, comerciais e domésticos.

³ ROMPCO Oficial website, 2017

⁴ Boletim da Republica Serie III, Número 94

Na figura abaixo identificamos os principais actores da cadeia de valor do gás produzido nos campos de gás de Pande e Temane:

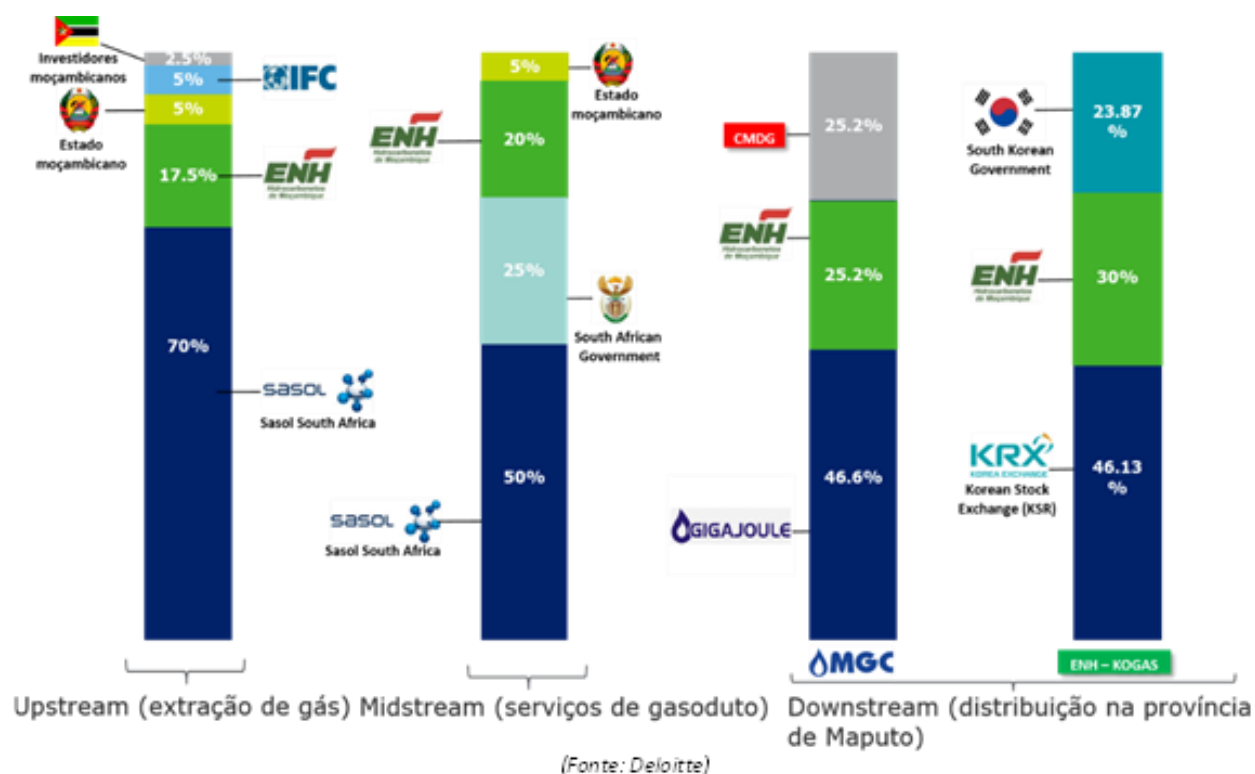
Figura 3: Cadeia de Valor de Gás Não Consolidada



(Fonte: Deloitte)

A Sasol é a principal beneficiária das operações de gás a “upstream” e “midstream”, e uma peça chave para o “downstream” em Moçambique, como se pode verificar no gráfico abaixo dos principais beneficiários da cadeia de valor do gás produzido em Pande e Temane.

Gráfico 4: Cadeia de Valor de Gás Consolidada



4.3 Tributação no Sector de Hidrocarbonetos

A partir de 1 de Janeiro de 2015 entrou em vigor o novo Regime Específico de Tributação e de Benefícios Fiscais das Operações Petrolíferas aprovado pela Lei n° 27/2014, de 23 de Setembro, sendo que o respectivo regulamento aprovado pelo Decreto n° 32/2015, de 31 de Dezembro, entrou em vigor um ano depois da data da sua publicação.

O referido Regime Específico de Tributação e de Benefícios Fiscais aplica-se às pessoas singulares ou colectivas que realizem operações petrolíferas em Moçambique ao abrigo de um contrato de concessão, sendo que estas ficam sujeitas, para além do regime específico de tributação, ao regime geral de tributação.

O Regime Específico de Tributação e de Benefícios Fiscais das Operações Petrolíferas vem introduzir o Imposto sobre a Produção do Petróleo, estabelecer regras específicas do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, bem como os mecanismos de partilha de produção e definir os benefícios fiscais aplicáveis. Adicionalmente, identificam-se neste capítulo as taxas aplicáveis ao licenciamento da actividade.

4.3.1 Imposto sobre a Produção de Petróleo (IPP)

O IPP é um imposto mensal que incide sobre a produção de petróleo produzido na área do contrato de concessão.

O valor do petróleo produzido determina-se tomando como base os preços médios ponderados a que tenha sido vendido ou alienado por qualquer outra forma, pelo produtor e suas contratadas no mês a que corresponde o imposto a liquidar.

As taxas do IPP variam em função do produto extraído, conforme se detalha no quadro abaixo:

Tabela 4: Taxas de Imposto sobre a Produção de Petróleo

Taxas(*)	
Petróleo bruto	10%
Gás natural	6%
(*) As taxas são reduzidas em 50% quando os produtos são usados no país para o desenvolvimento da indústria local.	

Fonte: Deloitte

Note-se que, os contratos firmados antes da entrada em vigor da Lei nº 12/2007, de 27 Junho, beneficiam de taxas mais reduzidas. O pagamento do IPP é efectuado, regra geral em dinheiro. Contudo, pode o Governo estabelecer por meio de notificação o seu pagamento em espécie.

➤ Regras Específicas – IRPC/IRPS

O regime Específico de Tributação e de Benefícios Fiscais das Operações Petrolíferas estabelece regras específicas para a determinação do IRPC, nomeadamente:

- O lucro deve ser apurado por cada área de concessão, de forma individualizada (ring fencing);
- Para cada contrato de concessão deve corresponder um NUIT específico, não sendo permitido a compensação de perdas num determinado contrato, através de ganhos obtidos noutra concessão;
- São definidas taxas de amortizações específicas;

- É reduzida a taxa de retenção na fonte de IRPS e do IRPC para 10% aplicável sobre os serviços relacionados com o contrato de concessão e prestados por não residentes quando pagas por Concessionários residentes ou com estabelecimento estável situado em Moçambique.
- São tributadas as mais-valias obtidas por não residentes, com ou sem estabelecimento estável, decorrentes da alienação onerosa ou gratuita, directa ou indirecta, de direitos petrolíferos em território moçambicano, à taxa de 32%.

➤ **Partilha de Produção**

O Regime Específico de Tributação e de Benefícios Fiscais das Operações Petrolíferas estabelece mecanismos de partilha da produção de modo que o Estado e a concessionária tenham direito, em quotas participativas indivisas, ao petróleo disponível para venda pela concessionária em período determinado.

➤ **Benefícios Fiscais**

Os empreendimentos ao abrigo da Lei de Petróleos beneficiam durante cinco exercícios fiscais, a contar da data da aprovação do respectivo plano de desenvolvimento, de isenção de:

- Direitos aduaneiros devidos na importação de equipamentos destinados a serem utilizados em operações petrolíferas, classificados na classe K da Pauta Aduaneira;
- Direitos aduaneiros devidos na importação de bens constantes do Anexo II da Lei n° 27/2014, de 23 de Setembro, equiparados aos bens da classe K da Pauta Aduaneira. Refira-se que os empreendimentos levados a cabo antes da entrada em vigor do Regime Específico de Tributação e de Benefícios Fiscais das Operações Petrolíferas aprovado pela Lei n° 27/2014, de 23 de Setembro podiam ainda beneficiar de isenção de IVA e ICE nas importações acima referidas.

4.4 Quadro Legal do Sector de Hidrocarbonetos

No território nacional, a exploração de hidrocarbonetos é regulada pela Lei dos Petróleos – Lei n° 21/2014, de 18 de Agosto e pelo Regulamento das Operações

Petrolíferas, aprovado pelo Decreto nº 34/2015, de 31 de Dezembro. Estes diplomas, aplicam-se a todas as pessoas singulares ou colectivas que realizam ou queiram realizar uma ou mais das actividades petrolíferas e a quaisquer infra-estruturas detidas pelo titular de direitos ou terceiros, usadas em conexão com operações petrolíferas, sujeitas à jurisdição moçambicana.

4.4.1 Processo de Licenciamento

De acordo com o nº 1 do art. 21 Lei dos Petróleos conjugado com o nº 1 do artigo 5 do Regulamento de Operações Petrolíferas, as concessões de pesquisa, exploração e produção de hidrocarbonetos é obrigatoriamente feita por concurso público. Realizado o concurso e apurados os vencedores, o exercício de operações petrolíferas está sujeito à prévia celebração de um contrato de concessão que pode ser de: **Reconhecimento**.

Alcance

Este tipo de contrato concede o direito não exclusivo de realização de trabalhos preliminares de pesquisa e avaliação na área do contrato de concessão através de estudos geológicos. Tramitação do Processo A atribuição do direito de reconhecimento é efectuada mediante requerimento dirigido ao Ministro dos Recursos Minerais e Energia.

O requerimento deve ser submetido ao Instituto Nacional de Petróleo (INP) contendo, entre outras informações:

- O nome, endereço e nacionalidade do requerente, incluindo a identificação do seu representante em Moçambique sendo uma pessoa jurídica estrangeira;
- Demonstração de competência técnica e capacidade financeira para exercer ou gerir operações petrolíferas;
- A identificação da área requerida, incluindo coordenadas geográficas e mapas;
- A descrição dos objectivos, natureza e período previsto das actividades;
- Descrição técnica dos equipamentos e métodos aplicados, veículos, barcos e aeronaves a serem utilizados;
- Proposta de um plano de actividades.

Entretanto, a legislação ainda é muito geral com relação à fixação dos procedimentos do concurso público e dos critérios de adjudicação, ou seja, enquanto a Lei dos Petróleos

reservou ao Governo o poder de regulamentar este procedimento, no Regulamento de Operações Petrolíferas aprovado pelo Conselho de Ministros, não foram fixados critérios específicos, tendo-se limitado a regulamentar de forma genérica os procedimentos de concurso público para outorga de contratos de concessão o que devem incluir no mínimo e os termos e condições sob concurso e os negociáveis que, entre outros, respeitam à duração do contrato, à percentagem da participação do Estado, da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P (ENH, E.P), em eventuais contratos de partilha de produção e de unitização.

O carácter pouco específico do regulamento traz flexibilidade na negociação e potencialmente poderes discricionários, mas também pode enfraquecer a capacidade de discussão e de acautelamento dos interesses do Estado.

4.5 Representante do Estado no Sector de Hidrocarbonetos

A representação do Estado no sector de hidrocarbonetos é desempenhada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos - ENH, criada em 1981 com a responsabilidade de supervisionar a pesquisa, exploração, produção e comercialização de produtos petrolíferos. Foi criada pela Lei nº 3/81, de 3 de Outubro, como instituição pública, mas foi transformada numa empresa pública do Estado através do Decreto no. 39/97, de 12 de Dezembro, alargando o seu mandato sobre os sectores de petróleo e gás no país. A ENH, por via de decreto, pode participar em qualquer fase da cadeia de valor das operações petrolíferas.

À medida que a actividade de exploração de gás começou a intensificar-se no país, foi necessária uma maior representação do Estado para operar no sector privado; no entanto, o mandato da ENH como “empresa pública” (EP) limitou a sua flexibilidade comercial e operacional.

Por esta razão, foram criadas subsidiárias e afiliadas da ENH que representam os interesses comerciais da ENH e, conseqüentemente do Estado, nos projectos de gás. Além de ter subsidiárias e afiliadas, a ENH também pode deter participações diretamente em diferentes empresas do sector de hidrocarbonetos.

Os principais projectos em que a ENH está actualmente envolvida, por meio de suas subsidiárias, são:

- Projecto Pande-Temane;
- Projecto de Distribuição de Gás Inhambane;
- Projecto de Distribuição de Gás de Maputo – Marracuene;
- Projecto LNG e FLNG na bacia de Rovuma;
- Projecto Pemba Base Logística;
- Plano Geral de Urbanização em Pemba.

Dependendo do tipo de projecto, do envolvimento da ENH e da fase na cadeia de valor, a ENH criou diferentes entidades para garantir uma participação comercial adequada do Estado. Isso será abordado abaixo, com uma descrição das subsidiárias e afiliadas da ENH e das suas actividades.

4.5.1 Subsidiárias da ENH

1. Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A. (CMH)

A CMH foi criada no ano 2000, com o objectivo de melhorar as actividades de petróleo e as operações de coordenação no campo do gás natural, Pande e Temane. Representa o Estado (ENH) nas actividades de gás a montante, a saber, exploração e produção.

A CMH detém 25% da actividade de Pande-Temane, incluindo operações de petróleo, desenvolvimento de campos de gás e construção e gestão da Central Processing Facility (CPF). A participação de 25% no investimento Pande-Temane estende-se ao capital participante, aos custos incorridos e às receitas recebidas.

2. Companhia Moçambicana de Gásoduto, S.A. (CMG)

A CMG foi criada em 2002 com o objetivo de fornecer serviços de transporte de gás natural através de um gásoduto e desenvolver actividades relacionadas ou subsidiárias da sua actividade principal, bem como a prestação de serviços relacionados. Possui uma participação de 25% na Companhia de Oleodutos da República de Moçambique (ROMPCO), que é o único gasoduto transfronteiriço de Temane, Moçambique para Secunda, África do Sul. A CMG é o instrumento do Estado para garantir a participação moçambicana nas operações intermediárias do projecto Pande-Temane.

3. ENH Logistics, S.A.

A principal actividade da ENH Logistics é a prestação de serviços e fornecimento de infraestruturas de apoio ao sector de hidrocarbonetos em Moçambique. As principais áreas identificadas para os serviços de suporte da ENH Logistics incluem: Porto de Pemba, Porto de Palma, Cabotagem, Imobiliário, Aviação, Saúde e Manutenção.

Todas essas áreas envolvem a exploração, produção, transporte e distribuição de gás natural. A ENH Logistics estará directamente envolvida no projecto do Plano Geral de Urbanização de Palma (PGU).

4. Portos de Cabo Delgado, S.A. (PCD)

O PCD é o resultado da parceria entre os Portos e Estradas de Ferro de Moçambique (CFM) e a ENH, com 50% cada. A empresa foi criada para desenvolver e implementar infraestruturas para apoiar as operações de petróleo, incluindo concepção.

5. A ENH Rovuma

Área Um foi criada recentemente em 2017 e é responsável por gerir o interesse participativo da ENH na Área de Blocos 1 do Projecto de Gás Natural da Bacia de Rovuma. Esta acção faz parte da preparação da ENH para o exercício de sua participação nos empreendimentos de gás natural liquefeito da bacia do Rovuma.

6. ENH FLNG Um, S.A.

A ENH FLNG Um foi criada recentemente em 2017 e representará os interesses da empresa no projecto de liquefação de gás natural do reservatório do Coral Sul na área de bloco 4 do projecto de gás natural da bacia de Rovuma. Esta acção faz parte da preparação da ENH para o exercício de sua participação nos empreendimentos de gás natural liquefeito da bacia do Rovuma. construção, operações e gestão de terminais portuários especializados. 5. ENH Rovuma Área Um, S.A.

4.6 O Gás Natural Liquefeito (LNG) e suas Aplicações

LNG Gás Natural Líquido é o gás natural tradicional que foi arrefecido até o ponto de liquefação. Este é um líquido claro, incolor, não tóxico, não corrosivo e mais denso do que o gás natural gaseoso que se forma quando o gás natural é arrefecido a -162°C . Este ocupa cerca de 1/600 o espaço que a mesma quantidade de gás natural gaseoso ocupa. O

gás natural liquefeito consiste primordialmente por metano (CH₄), sendo um dos primeiros processos para a sua concepção o do resfriamento.

Durante este processo, os outros componentes do gás natural, como água (H₂O), dióxido de carbono (CO₂), nitrogênio (N₂), oxigênio (O₂), e outros hidrocarbonetos, são gradualmente removidos, deixando o metano quase puro. Este processo é importante porque muitos dos compostos removidos durante o processo de liquefação podem potencialmente danificar as instalações e processo seguintes. Como principais aplicações este é usado como fonte de combustível dominante na produção de produtos como metal, papel, petróleo, produtos químicos, pedra, argila, vidro, roupas e processamento de alimentos.

4.6.1 Os Investimentos em Gás e LNG em Moçambique

Moçambique, ainda considerado um dos países mais pobres do mundo e com as finanças públicas pressionadas, com uma crise económica e social ainda não estabilizada vem em contrapartida assistindo a vários acordos assinados, parcerias e um leque de investimentos ente várias multinacionais e as principais empresas estrangeiras de exploração e gás e petróleo, carvão e mais recursos.

A Anadarko e a ENI por exemplo destacam-se no volume de investimentos. As duas companhias anunciaram, o maior investimento de sempre em Moçambique: 50 mil milhões de dólares para a construção de dez fábricas de gás natural liquefeito (LNG). As dimensões destes investimentos podem oferecer benefícios complementares que apoiam o desenvolvimento do conteúdo local e estrangeiro onde investimento social estratégico beneficia tanto o investidor (ou seja, governo, empresa e/ou organização internacionais) assim como a comunidade envolvida.

4.6.2 As Mais-valias nos Recursos Minerais em Moçambique

Considerado como o aumento no valor de um activo entre o tempo ou período em que este é adquirido e quando ele é vendido, o conceito mais-valias, foi adoptado na economia por Karl Marx. Em Moçambique, as indústrias extractivas (mineira, de Petróleo e de gás natural) contribuem com uma porção significativa e cada vez mais crescente para os rendimentos do governo destinados aos diversos sectores de desenvolvimento. Perante este cenário há uma grande relevância do imposto de mais-valias em Moçambique aplicáveis aos investimentos das empresas do sector extractivo.

Em 2014 Moçambique arrecadou o equivalente a 9% do PIB com a aplicação do imposto sobre mais-valias às transacções de participações em projectos de exploração de recursos minerais. No presente ano, o Governo moçambicano fechou o contrato de tributação de mais-valias, geradas pela venda de participações da ENI na Área 4 da Bacia do Rovuma, em Cabo Delgado com a Exxon Mobil, relativas a exploração de gás natural liquefeito, esta tributação de maisvalias ascende por volta dos 354 milhões de dólares segundo dados fornecidos pela ministra dos Recursos Minerais e Energia Leticia Klemens.

Perante estes factos conclui-se que a venda de licenças e concessões é particularmente importante durante as fases de exploração e desenvolvimento e esta concessão resulta em parte do domínio que Exxon Mobil detém no mercado global da exploração de gás onde através desta o país poderá ganhar ainda mais em receitas e contribuir no desenvolvimento dos diversos sectores, diversificando assim a economia.

4.6.3 Recursos de Gás e LNG e a Diversificação

Para além do grande impacto sócio económico que os recursos de gás e LNG concedem ao incremento do PIB a questão da diversificação é crucial tanto com o sector público e privado. Em diversos ramos esta pode atuar na:

Criação de postos de emprego: A chegada de empresas extractivas multinacionais em Moçambique traz consigo a promessa de postos de empregos, que por sua vez constitui um ponto estratégico atendendo e considerando que Moçambique um país constituído maioritariamente por jovens enfrenta altos índices de desemprego, e uma taxa de graduados que cresce anualmente com qualificação para diversas áreas dentre elas a de extracção o que melhora a renda de milhares de famílias em Moçambique o que implica no geral incrementar a criatividade intelectual;

Educação: O investimento na educação de áreas técnicas aos diferentes graus académicos ligados a exploração, engenharia, e áreas afins permitiria uma maior capacitação técnica e o aumento do know-how, menor exportação de mão-de-obra estrangeira e maior qualificação e inclusão da mão-de-obra interna;

Agricultura: A maioria dos membros das comunidades locais tiram o seu sustento da agricultura, portanto, o apoio ao desenvolvimento dos negócios agrícolas locais pode potencializar e diversificar a economia (PIB) na exploração dos recursos de gás e LNG

onde estas mesmas empresas e subcontratados da área de restauração, têm a opção de agirem como compradores de produtos locais;

Perante atual situação pode-se verificar com a utilização racional dos recursos a maior independência do apoio financeiro vindo do exterior.

4.6.4 Desafios na Exploração e Utilização dos Principais Recursos

De modo a atingir os objectivos na diversificação da economia nacional, as empresas exploradoras dos principais recursos enfrentam ainda alguns desafios diante de um leque de várias oportunidades.

Primeiramente as empresas extractivas não funcionam isoladamente das sociedades e comunidades onde operam. O fornecimento de benefícios locais nas comunidades onde as empresas extractivas operam já não pode constituir uma escolha. É nesse âmbito que as empresas que vem investido na indústria mineira e extração do gás natural desempenham um grande papel operante no que se refere aos habitantes e população local.

4.7 Discussão dos Resultados da Pesquisa

1. Principais Termos e Condições dos Contratos de Concessão e Fornecimento de Gás Natural na MGC S.A.

A pesquisa revelou que os contratos de concessão de gás natural da MGC S.A. são robustos, com termos e condições bem definidos para assegurar a continuidade e segurança do fornecimento. Os termos mais citados incluem cláusulas de fornecimento contínuo, penalidades por interrupção, e acordos de longo prazo. Estas cláusulas são cruciais para garantir a estabilidade do fornecimento de gás natural, reduzindo o risco de interrupções que poderiam afetar negativamente a economia e a vida diária na região. As penalidades por interrupção, em particular, funcionam como um dissuasor contra falhas no cumprimento do contrato, incentivando a empresa a manter altos padrões operacionais.

2. Estrutura dos Contratos para Garantir a Segurança do Suprimento

A estrutura dos contratos inclui cláusulas de contingência, acordos de fornecimento alternativo e estoques estratégicos. Esses elementos são essenciais para garantir que, mesmo em situações de crise ou imprevistos, o fornecimento de gás não seja interrompido. A inclusão de cláusulas de contingência demonstra uma abordagem proativa da MGC S.A. para lidar com possíveis adversidades, assegurando que sempre haja um plano B disponível. Os acordos de fornecimento alternativo são particularmente relevantes em um cenário global de flutuações no mercado de energia, proporcionando uma camada adicional de segurança e resiliência.

3. Objetivos Estratégicos dos Contratos de Concessão (2020-2023)

Os objetivos estratégicos identificados para os contratos de concessão durante o período de 2020 a 2023 incluíram a expansão de mercado, aumento da segurança energética e promoção de investimentos. Esses objetivos refletem uma visão de longo prazo para não apenas consolidar a posição da MGC S.A. no mercado, mas também para garantir que o fornecimento de gás natural possa suportar o crescimento econômico regional. A expansão de mercado e a promoção de investimentos são indicativas de uma estratégia voltada para o crescimento e desenvolvimento sustentável, enquanto o aumento da

segurança energética é crucial para a estabilidade e confiança no sistema de fornecimento.

4. Desafios Enfrentados e Superação

Os principais desafios enfrentados pela MGC S.A. incluíram a pandemia de COVID-19, flutuações de preços e questões de infraestrutura. A pandemia trouxe dificuldades operacionais significativas, que foram superadas através da adaptação das operações e protocolos de segurança rigorosos. As flutuações de preços foram geridas por meio de negociações e ajustes contratuais, enquanto as melhorias contínuas na infraestrutura ajudaram a mitigar problemas de capacidade e eficiência. Esta capacidade de adaptação e superação dos desafios demonstra a resiliência e a competência gerencial da MGC S.A.

5. Determinação e Ajuste das Tarifas de Gás Natural

As tarifas de fornecimento de gás natural foram determinadas com base nos custos operacionais, regulação governamental e ajustes anuais. Esta abordagem garante que os preços sejam justos e refletem as realidades econômicas, ao mesmo tempo em que asseguram a viabilidade financeira da MGC S.A. A regulação governamental desempenha um papel crítico na garantia de transparência e equidade no processo de determinação de tarifas, protegendo tanto os consumidores quanto a empresa.

6. Impactos Econômicos e Sociais dos Contratos de Concessão

Os impactos econômicos e sociais dos contratos de concessão foram amplamente positivos, promovendo desenvolvimento regional, geração de emprego e estabilidade dos preços de energia. A geração de empregos foi um benefício direto significativo, contribuindo para a redução do desemprego e melhorando o bem-estar das comunidades locais. Além disso, a estabilidade dos preços de energia proporcionada pelos contratos ajudou a prevenir a inflação e a manter o custo de vida mais acessível para a população.

7. Papel do Governo e das Autoridades Reguladoras

O governo e as autoridades reguladoras desempenharam um papel essencial na supervisão e execução dos contratos de concessão. A supervisão contínua e auditorias regulares garantem que a MGC S.A. cumpra os termos contratuais e opere de acordo

com as normas ambientais e de segurança. Esta vigilância contribui para a confiança pública no sistema de concessão e no próprio governo, assegurando que os recursos naturais sejam geridos de forma responsável e transparente.

8. Abordagem às Questões Ambientais e de Sustentabilidade

A MGC S.A. demonstrou um compromisso significativo com a sustentabilidade ambiental, investindo em tecnologias limpas e implementando programas de mitigação de impactos ambientais. Estas iniciativas são fundamentais para minimizar a pegada ecológica da empresa e assegurar que o desenvolvimento econômico não ocorra à custa do meio ambiente. A abordagem proativa em relação à sustentabilidade também fortalece a reputação da MGC S.A. e a torna um exemplo positivo no setor energético.

9. Cláusulas de Mitigação de Riscos

Os contratos de concessão incluem várias cláusulas de mitigação de riscos, como planos de resposta a emergências, seguro contra desastres e cláusulas de força maior. Estas cláusulas são essenciais para proteger tanto a empresa quanto os consumidores contra eventos imprevistos que possam interromper o fornecimento de gás. A existência de seguros contra desastres e cláusulas de força maior fornece uma rede de segurança financeira e operacional, garantindo que a empresa possa se recuperar rapidamente de quaisquer incidentes.

10. Avaliação da Performance da MGC S.A. A performance da MGC S.A.

Durante a vigência dos contratos foi avaliada como altamente eficiente, com boa qualidade de serviço e cumprimento rigoroso dos requisitos contratuais. A empresa conseguiu manter altos padrões de operação, resultando em uma alta satisfação dos clientes e confiança nos serviços prestados. Esta eficiência operacional é um reflexo direto da competência da gestão e da eficácia das estratégias implementadas.

11. Familiaridade e Percepção Geral dos Contratos

A maioria dos entrevistados demonstrou alta familiaridade com os contratos de concessão de fornecimento de

gás em Moçambique, indicando um bom nível de conhecimento e compreensão das práticas e regulamentos do setor. A percepção geral sobre a gestão de recursos de gás natural pelo Estado moçambicano foi positiva, mas com reconhecimento de que ainda há espaço para melhorias, especialmente em termos de transparência e prestação de contas.

12. Contribuição para o Crescimento Econômico e Receitas do Estado

Os contratos de concessão foram vistos como uma contribuição significativa para o crescimento econômico de Moçambique, atraindo investimentos e gerando receitas fiscais substanciais. A avaliação do impacto na geração de receitas foi positiva, com aumentos observados nos impostos e royalties pagos ao Estado, demonstrando a importância econômica dos contratos para o desenvolvimento nacional.

13. Benefícios para Comunidades Locais

Embora os contratos tenham proporcionado benefícios consideráveis, como emprego e desenvolvimento socioeconômico, houve uma percepção de que esses benefícios não foram distribuídos de forma equitativa entre todas as comunidades locais. Algumas áreas próximas às instalações de gás natural experimentaram melhorias significativas na infraestrutura, enquanto outras ainda enfrentam desafios ambientais e sociais.

14. Transparência e Prestação de Contas

A transparência e a prestação de contas na gestão dos recursos de gás natural foram avaliadas como moderadas, com sugestões de que mais auditorias públicas e envolvimento comunitário poderiam melhorar a confiança pública. A necessidade de aumentar a transparência foi um tema recorrente, refletindo uma demanda por maior clareza e abertura nas operações e decisões relacionadas aos contratos de concessão.

15. Espaço para Melhorias na Negociação e Gestão dos Contratos

A maioria dos entrevistados acreditou que há espaço para melhorias na forma como os contratos de concessão são negociados e gerenciados pelo Estado moçambicano. Recomendações incluíram maior transparência, inclusão de cláusulas mais robustas de proteção ambiental e social, e um maior envolvimento das comunidades locais no

processo de decisão. Estas sugestões indicam um desejo por um processo de gestão mais inclusivo e sustentável.

16. Expectativas para o Futuro Desenvolvimento de Moçambique

As expectativas para o papel dos contratos de concessão no futuro desenvolvimento de Moçambique são otimistas, com a maioria dos entrevistados esperando que eles continuem a promover o crescimento econômico sustentável, desenvolvimento de infraestrutura e inclusão social. As áreas que precisam de mais atenção incluem a transparência, sustentabilidade ambiental e participação comunitária, que são vistas como essenciais para garantir que os benefícios do desenvolvimento de gás natural sejam amplamente distribuídos e sustentáveis a longo prazo.

Os dados coletados indicam uma percepção geral positiva sobre a gestão e os impactos dos contratos de concessão de gás natural pela MGC S.A e o Estado moçambicano, mas com reconhecimento de áreas que necessitam de melhorias.

Principais Pontos Positivos:

- Desenvolvimento Regional e Econômico: * Os contratos contribuíram significativamente para o crescimento econômico e desenvolvimento regional.
- Segurança do Suprimento: * A estrutura dos contratos garantiu a segurança e continuidade do fornecimento de gás.
- Eficiência Operacional: * A MGC S.A foi avaliada positivamente em termos de eficiência e qualidade de serviço.

Áreas para Melhorias:

- Transparência: * Há uma percepção comum de que mais transparência e auditorias públicas são necessárias na gestão dos recursos.
- *Impacto Ambiental: * Embora medidas de sustentabilidade estejam em vigor, o impacto ambiental ainda é uma preocupação.

- *Benefícios para Comunidades Locais: * A necessidade de garantir que os benefícios econômicos cheguem de forma mais equitativa às comunidades próximas às instalações de gás.

A pesquisa sugere que, embora a gestão dos contratos de concessão de gás natural tenha sido em grande parte eficaz, a transparência, a sustentabilidade ambiental e a inclusão socioeconômica das comunidades locais são áreas chave que necessitam de atenção contínua para melhorar ainda mais os resultados e a percepção pública.

Os resultados da pesquisa indicam que os contratos de concessão de gás natural na MGC S.A. têm sido eficazes em promover o crescimento econômico e a segurança energética, embora existam áreas que necessitam de melhorias. A transparência, sustentabilidade ambiental e inclusão das comunidades locais são temas críticos que devem ser abordados para maximizar os benefícios e assegurar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. O feedback dos entrevistados fornece um guia valioso para futuras políticas e práticas, ajudando a moldar um futuro mais próspero e equitativo para Moçambique.

5. Conclusões e Recomendações

5.1. Conclusão

A pesquisa visava analisar o impacto dos contratos de concessão de fornecimento de gás da Matola Gás Company para economia Moçambicana. Para tal, foi levantada questão: até que ponto os contratos de concessão de fornecimento de gás trazem benefícios para o Estado moçambicano? A mesma foi respondida com recurso a perguntas de investigação por meio de entrevista, observação e pesquisa documental. Da mesma ficou claro que, o governo em Moçambique, tem a sua frente um grande desafio, qual seja, o definir suas posições face à esta importante entrada da indústria do Gás natural e GNL, definindo estratégia num contexto local actual, tendo em consideração a adaptação das economias nacionais às estratégias de globalização. A existência de um bom ambiente de negócios de competitividade da economia em Moçambique, exige uma visão clara de como se pode aproveitar os recursos, largamente inexplorados, para transformação e diversificação económicas e sociológicas do País.

Portanto, é plausível que Moçambique continue a atrair investidores para desenvolver grandes projectos relacionados com recursos naturais, dada a sua riqueza natural e a falta de capital e capacidade próprias para desenvolvê-los por sua conta. No que respeita a indústria de Gás natural e GNL vigente, Moçambique deverá zelar para que sejam realizados ao abrigo de um enquadramento fiscal unificado e adequado.

Existe uma grande necessidade e importância de se diversificar a economia nacional. A diversificação económica com os recursos de gás e LNG não só traz uma variada quantidade de produtos explorados a serem produzidos como também impulsiona a transformação de matéria-prima em seus derivados e novos produtos, trazendo assim um acréscimo no valor original da matéria-prima a exportar, porém este é um processo que necessita de tempo, e não pode estar somente focado ou virado para a área mineira.

Moçambique é bastante conhecido internacionalmente pela sua economia virada para a agricultura, pesca e também artesanato. Ao diversificar a economia tendo em conta o unir destes diferentes sectores pode-se substituir os bens e serviços importados que podem ser produzidos internamente e reduzir a dependência do apoio financeiro externo.

Com a presente dissertação foi possível igualmente concluir que o diversificar implica em incrementar a criatividade intelectual, impulsionando a formação de técnicos e quadros qualificados para a mão-de-obra nestas indústrias.

O sector de hidrocarbonetos é o que tem mais peso na indústria extractiva, representando 85% em 2015 e 65% em 2016. Quanto aos impostos cobrados que assumem maior relevância no período de 2015 e 2016 são o IRPC, IRPS e o imposto cobrado sobre as mais-valias. Com a futura extracção de gás na bacia de Rovuma é expectável que a contribuição da indústria extractiva para o PIB aumente. Contudo, de acordo com a experiência comparada de outros países, a contribuição real da indústria extractiva para a economia moçambicana dependerá em grande parte do grau de participação de empresas registadas em Moçambique e da participação nas cadeias de valor da indústria extractiva.

Os países em desenvolvimento com abundantes recursos naturais que conseguiram crescer de forma sustentável após a extração de recursos são aqueles onde as empresas registadas no país participam de forma activa na cadeia de valor, especialmente nas áreas mais intensivas em emprego tais como a logística, transporte, distribuição e comercialização de *commodities* e aqueles onde o Governo coleta de forma transparente e eficiente volumes de receita comensuráveis com o retorno financeiro que os recursos extractivos nacionais tem para as empresas que os extraem.

Moçambique tem alguns bons exemplos de ligações de mercado entre empresas multinacionais e empresas nacionais, tal como a Mozal e os seus fornecedores. A criação dum ainda incipiente mercado doméstico de transporte e distribuição de gás constitui também um bom exemplo de criação de impacto económico a partir dos recursos nacionais.

Outro mecanismo com o qual o país tem experimentado com sucesso é a cotação em bolsa de sociedades anónimas afiliadas às empresas públicas, como é o caso da CMH. A Bolsa de Valores constitui uma plataforma transparente que permite a investidores moçambicanos ter acesso a dividendos provenientes da indústria extractiva (e quaisquer outras indústrias lucrativas). Recomenda-se a implementação acelerada da lei de petróleos, lei de minas e lei de parcerias público-privadas no sentido de aumentar o número de empresas cotadas na Bolsa de Valores.

O país tem também exemplos de infraestruturas de alto impacto económico, financiadas e construídas graças à concessão de licenças, tais como a linha férrea de aproximadamente 1,000Km Moatize à Nacala, atravessando a República do Malawi, a qual permite escoar o carvão da província de Tete, mas também outras mercadorias e pessoas, reforçando a posição geoestratégica do país como plataforma para a exportação da produção do *hinterland*. No que diz respeito ao sistema fiscal Moçambique tem registado nos últimos anos melhorias substanciais na capacidade de coleta e a transparência do processo, liderados pela AT. Contudo, existem algumas oportunidades para aumentar a base tributária de forma equitativa e equilibrada com as licenças e contratos relevantes, como por exemplo, o estabelecimento dum imposto sobre o transporte do gás.

5.2. Recomendacoes

- Um desafio muito destacado e pouco abordado refere-se ao processo de reassentamento das populações bem como o conhecimento dos habitantes das regiões exploradas acerca dos pré-acordos e da sua importância para a economia do país.
- As empresas deverão demonstrar a confiança e transparência as populações no que concerne aos custos e benefícios, nos contratos e nas opções pois só assim elas poderão compreender os benefícios da exploração dos recursos. O uso de boas práticas e transparência nos acordos de investimentos são um importante passo para o sucesso na economia do país bem como para os investidores
- A oferta de mão de obra qualificada nacional ainda é um objectivo a alcançar-se.
- A gestão sustentável dos recursos minerais.

Referencias bibliográficas

- Almeida W.C, Colemer. T.A. (2013). Crise Energetica Mundial. 5º ed Porto Alegre.
- Bucuane, A e Muelder, P. (2007). Exploring Natural Resources in Mozambique: Will it be a blessing or a curse? Discussion Papers No 54E, Maputo.
- C.N. Brunnschweiler and E.H. Bulte (2008) The resource curse revisited and revised: A tale of paradoxes and red herrings. To appear in Journal of Environmental Economics and Management.
- Correa. S.B. (2000) .Geopolitica Petrolifera.UNDC.
- EITI, Livro de Referências, Março de 2005
- FMI, (2005). Guia para a Transparência da Receita dos Recursos Naturais,
- Lei de Minas Lei nº 3/2001 de 21 de Fevereiro,
- Lei de Petróleos
- Lei nº 14/2002 de 26 de Junho,
- Monie, T.S. (2012) Introdução Projecto de Desenvolvimento Sustentavel. URD.
- Pires do Rio, (2012). A.T. Reservas do Gás Natural. De Publicações. Almeria.
- Rolo, T.C, Tschanze W.A.(2008) O Mercado Internacional da Industria Extrativa. AT Editores.
- Santos, W.B. (2002). Modelos de Desenvolvimento por Recursos Naturais. ABC.
- Silva, C.M.(2005). Estrutura e Apresentação de Publicações Cientificas, São Paulo. McGraw- Hill. 2005
- Sulemane, A.C. (2017). Geopolítica petrolífera. AZ Editores. Porto.
- Britto, Mônica Pinto Toscano de, Desenvolvimento da Indústria de Gás Natural no Brasil: Estratégia Empresarial e seus Desafios, rio de Janeiro 2002. p.1.
- Departamento de Gás Natural. Gás Natural: características e Aplicações. 1993. p.14.
- Ross, Doris C. Desenvolvimento económico – Moçambique. 2014, P.35.
- Mosca, Joao e Selemene, Tomás, Grandes Projectos e segurança Alimentar em Moçambique 2007. p.7.

Columbia University, Moçambique: Recursos Naturais/ Sector Extractivo para a Prosperidade, SIPA

<http://www.businessdictionary.com/definition/liquefied-natural-gas-LNG.html>

<http://www.magazineindependente.com/www2/pib-mocambique-2017-sera-42-porcentos-revela-economist-intelligence-unit/>

http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2014/05/os-ganhos-e-as-perdas-natributa%C3%A7%C3%A3o-das-mais-valias-do-sector-extractivo-emmo%C3%A7ambique.html

APÊNDICE

Apêndice 1: Guião de Entrevista

Informações Demográficas:

1. Idade:

Média: 40 anos

Gênero: 12 homens, 8 mulheres

Profissão: Diversas (engenheiros, gestores, economistas, advogados, etc.)

Respostas aos Questionários:

1. Principais termos e condições dos contratos de concessão e fornecimento de gás natural na MGC S.A:

Resposta Comum: Termos de longo prazo, cláusulas de fornecimento contínuo, penalidades por interrupção.

2. Estrutura dos contratos para garantir a segurança do suprimento de gás natural na região.

3. Objetivos estratégicos dos contratos de concessão durante o período 2020-2023:

4. Principais desafios enfrentados e como foram superados:

5. Determinação e ajuste das tarifas de fornecimento de gás natural.

6. Impactos econômicos e sociais dos contratos de concessão.

7. Papel do governo e autoridades reguladoras na supervisão dos contratos.

8. Abordagem das questões ambientais e de sustentabilidade.

9. Principais cláusulas de mitigação de riscos.

10. Avaliação da performance da MGC S.A.

11. Familiaridade com os contratos de concessão de fornecimento de gás em Moçambique.

12. Percepção sobre a gestão de recursos de gás natural pelo Estado moçambicano.
13. Contribuição dos contratos de concessão para o crescimento econômico de Moçambique.
14. Avaliação do impacto dos contratos na geração de receitas para o Estado.
15. Benefícios dos contratos de concessão de gás para as comunidades locais.
16. Diferença na qualidade de vida das comunidades próximas às instalações de gás natural.
17. Avaliação da transparência e prestação de contas na gestão dos recursos de gás natural.
18. Espaço para melhorias na negociação e gestão dos contratos pelo Estado.
19. Expectativas sobre o papel dos contratos de concessão para o futuro desenvolvimento de Moçambique.
20. Áreas que precisam de mais atenção e melhorias na gestão dos recursos de gás natural.

Apêndice 2: Guia de Observação de Pesquisa

Informações Demográficas:

- Idade:
- Gênero:
- Profissão:

Perguntas:

- 1.Quais são os principais termos e condições dos contratos de concessão e fornecimento de gás natural na MGC S.A?
- 2.Como esses contratos foram estruturados para garantir a segurança do suprimento de gás natural na região?
- 3.Quais foram os objetivos estratégicos por detrás dos contratos de concessão da MGC S.A durante o período 2020-2023?
- 4.Quais foram os principais desafios enfrentados pela empresa durante a vigência desses contratos e como eles foram superados?
- 5.Como as tarifas de fornecimento de gás natural foram determinadas e ajustadas ao longo do tempo?
- 6.Quais foram os impactos econômicos e sociais dos contratos de concessão de fornecimento de gás natural da MGC S.A na região?
- 7.Qual foi o papel do governo e das autoridades reguladoras na supervisão e execução dos contratos de concessão?
- 8.Como a MGC S.A abordou as questões ambientais e de sustentabilidade em seus contratos de concessão?
- 9.Quais foram as principais cláusulas de mitigação de riscos presentes nos contratos de concessão de empresa?

10. Como a performance da MGC S.A ao longo da vigência desses contratos pode ser avaliada em termos de eficiência operacional, qualidade de serviço e atendimento aos requisitos contratuais?
11. Você está familiarizado com os contratos de concessão de fornecimento de gás em Moçambique?
12. Qual é a sua percepção geral sobre a gestão de recursos de gás natural pelo Estado moçambicano?
13. Em sua opinião, os contratos de concessão de fornecimento de gás contribuem para o crescimento econômico de Moçambique?
14. Como você avalia o impacto dos contratos de concessão de gás na geração de receitas para o Estado moçambicano?
15. Você acredita que os contratos de concessão de gás têm beneficiado as comunidades locais em termos de emprego e desenvolvimento socioeconômico?
16. Você percebe alguma diferença na qualidade de vida das comunidades próximas às instalações de gás natural?
17. Como você avalia a transparência e a prestação de contas na gestão dos recursos de gás natural em Moçambique?
18. Você acha que há espaço para melhorias na forma como os contratos de concessão são negociados e gerenciados pelo Estado moçambicano?
19. Quais são suas expectativas em relação ao papel dos contratos de concessão de gás para o futuro desenvolvimento de Moçambique?
20. Quais áreas você acha que precisam de mais atenção e melhorias na gestão dos recursos de gás natural em Moçambique?

Anexos